

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
(PPGA – UFC/UNILAB)**

MELINA MARIA MARTINS DA SILVA

**DA ABJEÇÃO À TRANSIDENTIDADE:
Etnografia das resistências de pessoas trans* na UNILAB/CE**

FORTALEZA
2023

Melina Maria Martins da Silva

DA ABJEÇÃO À TRANSIDENTIDADE:
Etnografia das resistências de pessoas trans* na UNILAB/CE

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia.

Linha de pesquisa: Diferença, Poder e Epistemologias.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Tota Filho Rocha de Araújo

Fortaleza

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Melina Maria Martins da.

S578a

Da abjeção à transidentidade: etnografia das resistências de pessoas trans* na UNILAB/CE / Melina Maria Martins da Silva. - Redenção, 2023.

83f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Tota Filho Rocha de Araújo.

1. Pessoas transgênero. 2. Identidade de gênero - Resistência.
3. Ensino superior. 4. UNILAB. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 306.768

MELINA MARIA MARTINS DA SILVA

**DA ABJEÇÃO À TRANSIDENTIDADE:
Etnografia das resistências de pessoas trans* na UNILAB/CE**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Tota Filho Rocha de Araújo

Aprovada em: 22 / 06 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Tota Filho Rocha de Araújo (Presidente)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Prof. Dr. Kleyton Rattes Gonçalves (Membro Interno)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Prof.a Dr.a Vitória Pinheiro Grunvald (Membra Externa)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Para meu pai (*in memoriam*), como um gesto de amor e de gratidão.

AGRADECIMENTOS

Às minhas **transcestrais** pela resistência e pelo legado de luta.

Às pessoas interlocutoras deste trabalho pela confiança, por terem aberto a porta de seus mundos e me possibilitado entrar. Pelo compartilhamento de suas experiências e de suas resistências de vida. Por todo aprendizado.

Ao professor Martinho Tota por ter me acolhido com minhas ideias, minhas inquietações e minhas inseguranças. Pelos aprendizados, pelas conversas e pelo compartilhamento das alegrias e das angústias. Por ter acreditado em mim e ter segurado a minha mão nos momentos de crise, quando, inclusive, cogitei desistir. Agradeço-lhe, principalmente, pela paciência e pelo respeito.

À minha mãe por ter sido minha âncora até aqui. Pelo amor inestimável.

Ao meu pai (*in memoriam*) por ter me ensinado que a educação é a herança mais valiosa que podemos ter em vida.

À professora Berenice Bento pelas contribuições e pelos aprendizados durante o exame de qualificação.

Ao professor Kleyton Rattes pelos apontamentos críticos durante o exame de qualificação e pelo aceite em compor a banca examinadora final.

À professora Vitória Grunvald pela generosidade em avaliar meu trabalho compondo a banca examinadora final. Uma honra para mim!

À professora Letícia Cesarino pela oportunidade de realizar o estágio docência na UFSC sob a sua supervisão.

Ao corpo docente do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA – UFC/UNILAB) pelos aprendizados.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela bolsa concedida, a qual me possibilitou não somente realizar essa pesquisa, mas, sobretudo, sobreviver durante todo o mestrado.

Eu te incito a investigar a sua natureza, da mesma forma como fui compelida a confrontar a minha – Susan Stryker¹.

¹ STRYKER, S. "My Words to Victor Frankenstein Above the Village of Chamounix: Performing Transgender Rage". **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Durham, v. 1, n. 3, p. 237-254, 1994.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma etnografia, cujo objetivo central é a compreensão de como pessoas trans* operacionalizam resistências identitárias no contexto acadêmico-universitário interiorano cearense, especificamente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, *campi* Ceará. Refletindo a partir de minha experiência dissidente e propondo uma antropologia trans, problematizo questões que envolvem relações de poder, de resistência e de assujeitamento, tomando como escopo analítico os estudos trans e os estudos de gênero e sexualidades. A etnografia que emerge produz um entendimento sobre a pluralidade das existências e das narrativas no percurso das trajetórias de vida de pessoas trans* impelidas à abjeção. A análise, portanto, discute a produção das transidentidades através das narrativas de resistências, revelando, assim, a complexidade das relações e dos atravessamentos que amparam o entendimento acerca das discussões e dos efeitos sobre acesso, inclusão e permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: Transidentidade; Resistência; Ensino Superior; UNILAB.

ABSTRACT

This dissertation is the result of an ethnography, whose central objective is to understand how trans* people operationalize identity resistance in the academic-university context in the interior of Ceará, specifically at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, Ceará campus. Reflecting from my dissident experience and proposing a trans anthropology, I problematize issues involving power relations, resistance and assujeitamento, taking as my analytical scope trans studies and gender and sexualities studies. The ethnography that emerges produces an understanding of the plurality of existences and narratives in the course of the life trajectories of trans* people thrust into abjection. The analysis, therefore, discusses the production of transidentities through narratives of resistance, thus revealing the complexity of relations and crossings that support the understanding about the discussions and effects on access, inclusion and permanence of trans* people in Brazilian public higher education.

Keywords: Trans Identity; Resistance; Higher Education; UNILAB.

RESUMEN

Esta disertación es el resultado de una etnografía, cuyo objetivo central es comprender cómo las personas trans* operacionalizan la resistencia identitaria en el contexto académico-universitario en el interior de Ceará, específicamente en la Universidad de Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña, campus Ceará. Reflexionando a partir de mi experiencia disidente y proponiendo una antropología trans, problematizo cuestiones que involucran relaciones de poder, resistencia y assujeitamento, tomando como ámbito analítico los estudios trans y los estudios de género y sexualidades. A etnografía que emerge produz uma compreensão da pluralidade de existências e narrativas no decorrer das trajetórias de vida das pessoas trans* abjectadas. El análisis, por lo tanto, discute la producción de transidentidades a través de narrativas de resistencia, revelando así la complejidad de relaciones y cruces que apoyan la comprensión sobre las discusiones y los efectos sobre el acceso, la inclusión y la permanencia de las personas trans* en la educación superior pública brasileña.

Palabras clave: Transidentidad; Resistencia; Educación Superior; UNILAB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

CIEG DANDARA – Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PPGA – UFC/UNILAB – Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal do Ceará/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

REAPODERE – Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E PESSOAS TRANS*	17
2.1 Uma antropologia por demanda: algumas notas	19
2.2 Meu lugar na pesquisa: relato de uma tra(ns)jetória	21
2.3 Ressignificando o(s) caminho(s) – Ou como fazer uma etnografia em contexto de adversidades	25
2.4 Estrutura da dissertação	29
3. METODOLOGIA	30
3.1 Percursos etnográficos	30
3.2 Contexto da pesquisa	32
3.3 Procedimentos de realização do trabalho de campo	33
4. ESTUDOS TRANS EM PERSPECTIVA	39
4.1 O que podem as transidentidades?	39
4.2 De objetos à produtoras/es de conhecimento	41
4.3 Por uma antropologia trans	45
5. NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS	48
5.1 Sobre as pessoas da pesquisa	48
5.2 Corpo, infantilização e abjeção	50
5.3 Nome social, pronome e uso do banheiro	53
5.4 Inclusão, permanência e possibilidades	56
5.5 Narrativas de resistências ou resistências nas narrativas?	63
5.6 Permanência precária versus permanência qualificada	66
6. RELATO ETNOGRÁFICO	68
6.1 Notas sobre a(s) dor(es)	68
6.2 Sobre a raiva trans	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	82

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno da transgeneridade como tema em produções científicas e acadêmicas nas últimas décadas têm ganhado cada vez mais força e destaque, assim como embates e ataques. Esse cenário, pode-se dizer, tem sido possível já que, no campo dos ativismos políticos, as mobilizações e as demandas também têm alcançado destaque, ancoradas, sobretudo, pela dimensão social e cultural que compreende problemáticas estruturais que afetam a sociedade brasileira como um todo.

Operada e ressignificada a partir de mecanismos simbólicos, morais, culturais e reguladores, a sociedade brasileira carrega consigo um histórico estrutural de desigualdades e de problemas sociais críticos que afetam sua massa populacional. Nesta, refiro-me às ditas "minorias", que opto por sinalizá-las como populações/grupos sociais subalternizados historicamente, especialmente a população transgênera².

Ainda sobre a amplitude e a força política que o tema da transgeneridade vêm ganhando nos últimos anos, destaca-se, também, a interlocução da academia com os movimentos sociais que pautam e reivindicam demandas e direitos humanos para essa população. Não diferente, observa-se o papel da ciência enquanto agência de contribuição ao desenvolvimento social e político das sociedades, além disso, percebe-se o esforço de pesquisadores/as e de acadêmicos/as de diversas áreas, em especial das áreas de ciências humanas, sociais e da educação na contribuição desse jogo político que gera debates, embates, avanços e novas perspectivas sobre o tema em questão.

No caso das ciências humanas, de onde falo com um pouco mais de propriedade por ter tido uma formação-base e agora em especial na antropologia, tem-se percebido a crescente presença de debates públicos e de produções científicas sobre o tema da transgeneridade numa perspectiva humanizadora, indo numa espécie de contramão do que as ditas ciências duras (médicas e biológicas) já produziram e afirmaram sobre o tema. Nesse percurso, é possível perceber, por exemplo, que as ciências sociais, e mais

² Vale destacar que o termo "transgênero" agrega uma vasta compreensão sobre identidades e sujeitos, que discutirei melhor adiante.

especificamente a antropologia, têm se esforçado para produzir narrativas outras que emergem a partir das relações, ou seja, buscando compreender a transgeneridade enquanto uma questão social, política e cultural, que compreende relações humanas, subjetivas e sociais, e não perspectivas naturalizantes, desde a biologia e a medicina que outrora definiram-na como patologia.

O objetivo desta investigação ancora-se em produzir uma compreensão sobre as relações – e como estas se configuram socialmente – a partir da presença de pessoas transgêneras em um contexto específico: na Universidade. Para tanto, entendendo a vasta gama de reflexões e de estudos já produzidos em diversos campos do conhecimento sobre a transgeneridade, a presente pesquisa toma como ponto de partida o embasamento teórico desde a antropologia, buscando, assim, produzir um entendimento sobre as experiências sociais de pessoas transgêneras na educação, a partir das relações que são produzidas e vivenciadas com professores, colegas de curso, funcionários técnicos e, ainda, as relacionalidades em torno das regulações institucionais, como a burocracia, as normas e os regimentos internos ao contexto institucional, e os aparatos de poder e de controle que operam sob os corpos e as narrativas de pessoas trans* (BUTLER, 2022) presentes no espaço acadêmico-universitário.

Antes de adentrarmos efetivamente o presente estudo, penso ser importante e também norteador o entendimento do termo transgeneridade. Para sustentar tal entendimento, eu poderia citar autoras, assim como produções diversas que já discutiram essa questão anteriormente. No entanto, enquanto uma pessoa transgênera e presente no espaço acadêmico-universitário, produtora de conhecimento, penso ser mais prudente eu mesma, a partir da minha vivência e da minha perspectiva, sustentar tal argumento e entendimento sobre o termo, sem deixar de, nas entrelinhas deste trabalho, mencionar teórica e socialmente as raízes de tal entendimento em contexto macro social.

Para os estudos de gênero e sexualidades, o conceito *transgeneridade* está imbricado numa discussão maior que trata das reflexões em torno da identidade de gênero. Tal discussão está presente neste trabalho, todavia, em termos sociais e políticos, a transgeneridade indica uma identidade de gênero

oposta à cisgeneridade (RODOVALHO, 2017). Nesse sentido, parece-me relevante pontuar o que estarei me referindo à transgeneridade desde o início deste trabalho. Pois bem, transgeneridade será acionada para se referir à identidade de sujeitos sociais transgêneros. Por sua vez, pessoas transgêneras são aquelas compreendidas enquanto transgressoras da normatividade de gênero imposta pelas regulações sociais e morais (BUTLER, 2022).

Importante também destacar que *transgênero* é compreendido como um termo guarda-chuva capaz de abarcar a pluralidade existente de transidentidades. Em esferas políticas, como nos movimentos sociais, essa denominação do termo guarda-chuva foi – e ainda é – motivo de inúmeros embates e disputas de narrativas, todavia, em termos científicos – e longe de querer generalizar existências diversas – minha opção por utilizar o referido termo neste trabalho é reflexo daquilo que o campo me mostra. Ainda que em termos políticos existam embates acirrados sobre o que pode-se entender por identidades trans no Brasil, a autoafirmação é o ponto-chave da questão, uma vez que quando uma pessoa se reconhece – e, portanto, autoafirma-se – enquanto uma pessoa trans, não são admitidas posições ou narrativas contrárias que impeçam tal autoafirmação, afinal, a tutela e a avaliação de sujeitos cisgêneros sobre sujeitos transgêneros são históricas e, mesmo com conquistas e avanços, ainda hoje são imbricadas nas relações sociais cotidianas, se não pelo Estado, que regulam e ditam normas sociais que imperam uma hierarquização colonizadora sobre corpos e existências de pessoas trans*.

Nesse sentido, utilizarei, neste trabalho, o termo guarda-chuva *transgênero* abreviado para *trans* seguido do asterisco (*) para me referir à gama de transidentidades que transgridem historicamente a lógica binária e cisnormativa que opera social e culturalmente sobre os corpos e as existências diversas. Entende-se, aqui, por pessoas trans* aquelas cuja identidade de gênero é denominada como travesti, transexual, transmasculino, transfeminina, mulher trans, homem trans, não-binária, transvestigênere, dentre outras transidentidades históricas e contemporâneas que rompem com a estrutura colonizadora de gênero vigente em nossa sociedade.

2. ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E PESSOAS TRANS*

As discussões sobre pessoas trans* na educação possuem um percurso longo. Trabalhos como de Guacira Lopes Louro (1997, 2000), de Berenice Bento (2006, 2011), entre outros, reiteram a necessidade de um crescente debate sobre esse campo e esse tema de pesquisa à luz de uma perspectiva interdisciplinar. Não por coincidência, o campo da educação, diferente do campo da saúde, possui um protagonismo central quando, ao tratar sobre o tema de pessoas trans* na educação, teve a preocupação de humanizar essa população e suas existências, o que, sem dúvidas, influenciou e contribuiu para que hoje estivéssemos uma grande concentração de pessoas trans* interessadas e atuando no campo da educação.

A duras penas, percebemos atualmente nas Universidades brasileiras, uma presença considerável de pessoas trans* pesquisadoras no campo da educação (REIDEL, 2013), o que tem gerado bons resultados, se não pela via da problematização de uma educação cisheteronormativa da qual somos assujeitadas a passar em nossas trajetórias escolares ou ainda pela via da produção de trabalhos situados, com uma necessidade urgente de discutir inclusão e permanência de pessoas trans* na educação, seja como professoras ou estudantes. Isso tem implicado, todavia, um processo de transformação da educação do ponto de vista formativo, o que atravessa as relações entre sujeitos no espaço da educação.

Exemplos desse cenário são trabalhos como de Tiffany Odara (2020), que evoca a necessidade de travestilizar a educação, com vistas a tornar-se um lugar que paute constantemente as nossas diferenças e a partir delas sejamos educadas. Bem como a perspectiva de Maria Clara Araújo dos Passos (2022), em *Pedagogias das Travestilidades*, que oferece-nos possibilidades outras de formação humana e cidadã, desde a práxis político-pedagógica do movimento social de travestis e de mulheres transexuais. Além do trabalho de Luma Andrade (2012), tensionando e escancarando uma educação cisheteronormativa, em que corpos trans* não são bem-vindos.

Na antropologia brasileira, a partir dos anos 1990, surgem os primeiros trabalhos etnográficos acerca da população trans*, especificamente sobre travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo. Trabalhos como

Travesti, a invenção do feminino (SILVA, 1993), *Damas de Paus* (OLIVEIRA, 1994) e *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes* (KULICK, 1998) buscavam apresentar academicamente as experiências de travestis no campo da prostituição. Quero crer que, além da dimensão de tratar o tema – e as travestis interlocutoras nesses estudos – como exótico e, portanto, de interesse da antropologia, esses autores estavam também interessados em produzir uma ciência ativista com vistas à transformação social da realidade de sub-humanidade que suas interlocutoras viviam.

Segundo Maria Clara Araújo (2022), é a partir do trabalho de mobilização do movimento social organizado de mulheres trans e de travestis em diversas regiões do Brasil, que demandavam – além do acesso digno ao mercado de trabalho e à saúde – o acesso à educação como possibilidade de ascensão social. Todavia, essa realidade não mudaria da noite para o dia. Foi também diante de experiências diversas de assujeitamento e de resistência que uma primeira geração de pessoas trans* puderam ter a realização de ingressar ao universo acadêmico-universitário nos anos 2000.

Com a crescente mobilização do movimento de mulheres trans e travestis, a partir de meados da segunda década dos anos 2000, sobretudo no âmbito acadêmico e digital, percebe-se a expansão da corrente transfeminista nacionalmente, o que tem produzido até hoje diversos resultados, sejam positivos ou negativos. O fato é que somente muito recente, com a presença – ainda que tímida – de pessoas trans* em programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras produzindo ciência e conhecimento situado, é que vemos as discussões sobre acesso, inclusão e permanência de pessoas trans* no ensino superior tomar proporções maiores e repercussões positivas, subsidiando, assim, uma crescente demanda por uma política de cotas nacional, que abarque todas as universidades públicas brasileiras.

Eu me considero fruto desse percurso político de resistência e de mobilização coletiva, que outras pessoas trans* que vieram antes de mim ajudaram a construir, para que hoje eu pudesse, por exemplo, estar na pós-graduação, desenvolvendo uma pesquisa como esta. É entendendo a relevância desse trabalho de luta e de mobilização política coletiva de minhas ancestrais que eu assumo o compromisso de produzir uma ciência não

somente engajada, mas sobretudo política, fazendo jus à existência e à resistência daquelas que me antecederam.

2.1 Uma antropologia por demanda: algumas notas

Durante minha formação em antropologia, aprendi questões importantes para a prática antropológica. Coincidentemente, muitas dessas questões processadas diante do meu parco entendimento sobre ciências sociais e humanas se voltavam para dimensões que diziam respeito a minha própria existência, condição e identidade. Aqui, refiro-me às categorias antropológicas que levam o termo de marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014), e que muito vem consolidando outras formas e outras possibilidades de fazer antropologia, não somente no Brasil, mas também em outros contextos sociais e culturais. Marcadores sociais de diferença, aqui localizados pelas categorias de gênero, de orientação sexual, de raça/cor, de etnia, de geração, de classe, de deficiência e de território, são lidos e entendidos como categorias analíticas próprias ao debate e à reflexão antropológica. A partir do pensamento feminista negro estadunidense, chegamos à interseccionalidade como teoria social crítica (COLLINS, 2022), que carrega uma dimensão abrangente de possibilidades e de entendimentos, que, por sua vez e não raro, converge com os marcadores sociais da diferença comum na antropologia, em um encontro em que a intersecção produz reflexões complexas sobre questões múltiplas desde desigualdades até a justiça social.

Nesse sentido, surgem algumas ramificações de questões comuns a qualquer pessoa principiante na ciência antropológica. Durante meu processo de aprendizado, eu me perguntava qual o papel da antropologia diante de contextos sociais diversos e, sobretudo, em uma sociedade que pouco entende – a grosso modo – qual a sua utilidade na vida social dos sujeitos. Lembro, então, que leituras obrigatórias para qualquer pessoa estudante de antropologia foram importantes na minha formação, principalmente lendo Tim Ingold (2019), em que pude compreender a utilidade da antropologia para o mundo social; lendo também Mariza Peirano (2006), que, através da dimensão da teoria vivida, constatei que a práxis antropológica é descentralizada de outras ciências; e lendo antropólogas feministas, especialmente Rita Segato

(2013) com a prática de uma antropologia por demanda deslocada da lógica imperialista e colonizadora em que tal ciência se fundou, compreendi que a antropologia possui um rebuscado arcabouço teórico-metodológico capaz de formar gerações para sua prática, mudanças e avanços sociais (PEIRANO, 1991).

A despeito de uma perspectiva centrada na práxis de uma antropologia por demanda, infere, aqui, nortear a mutualidade (SANJEK, 2015) como princípio ético e político do fazer etnográfico. A discussão a esse respeito é de longa data e acompanha os debates em torno da tal crise da antropologia (OLIVEIRA, 2009), crise que a faz – cada vez mais – uma ciência descentralizada de outras ciências humanas e, portanto, reconstrutora de novos paradigmas ao longo de sua existência.

Cada vez mais a antropologia vem sendo ocupada pelo "Outro" que outrora foi objeto de investigação e de compreensão, ou seja, grupos étnicos, minorias sociais e grupos identitários diversos que foram interlocutores de etnografias, de reflexões e de teses antropológicas, que hoje ocupam o lugar oposto e assumem um papel social relevância, sobretudo no seio da antropologia, pois tal agência representa um avanço não somente político, mas de superação da crise da antropologia. E, através disso, ressignifica-se e permanece sendo uma ciência dotada de potencial teórico-metodológico inventivo e criativo (PEIRANO, 1991).

A mutualidade proposta por Sanjek (2015) abre caminhos para pensarmos (e praticarmos) novas possibilidades de fazer uma antropologia contemporânea cada vez mais promissora e engajada com seus colaboradores. Essa mutualidade exige da pessoa antropóloga uma sensibilidade que extrapola os modelos clássicos de se fazer etnografia. Refiro-me aqui ao papel ético e político que se espera de uma prática antropológica descentralizada dos moldes colonizadores e balizada pela mutualidade, em que ambos os lados compartilham relações que são regidas horizontalmente, ou seja, sem hierarquias e poderes sobre o outro.

Na última década (2010–2020), em especial na antropologia brasileira, muito desse cenário vem se tornando real, pois, como eu disse anteriormente, parece estar em curso uma mudança paradigmática não somente no fazer antropológico, mas sobretudo em quem são as pessoas produtoras desse

fazer. Os sujeitos lidos como minorias sociais estão produzindo uma ciência carregada de dimensões políticas e identitárias que, na maior parte das vezes, dizem respeito às suas dimensões subjetivas e aos seus respectivos grupos identitários. Hoje, no Brasil, a antropologia caminha para um fazer cada vez mais plural, ativista e político. É nesse sentido que se concretiza a práxis de uma antropologia por demanda, engajada e balizada pela mutualidade como princípio ético e político.

2.2 Meu lugar na pesquisa: relato de uma tra(ns)jetória

Voltando à discussão em torno da figura do "Outro" na antropologia, o que outrora foi balizado como objeto de estudo e de compreensão, hoje é possível percebermos outra localização para esse "Outro". É por esse caminho que a diferença é problematizada, revista e ressignificada. Quando, por exemplo, percebemos a crescente onda de jovens feministas adentrando os espaços de formação da Universidade, do mesmo modo com a presença e a permanência de indígenas, de quilombolas, de pretos, de refugiados, de ciganos, de pessoas lésbicas, gays e bissexuais, e também de pessoas trans*.

Esse redimensionamento de presenças e de eclosão de vozes historicamente silenciadas, minorizadas, oprimidas e estudadas toma a frente do debate, e esses sujeitos protagonizam novas possibilidades de produzir ciência – ainda que resistindo aos sistemas de poder vigente em diversos espaços da educação. E espera-se que, com o avanço desse cenário, o futuro se torne cada vez mais plural e inclusivo.

Dito tudo isso, chego, então, a minha tra(ns)jetória, regida pelo aspecto da alteridade, ou ainda da diferença como própria da constituição social brasileira, e não mais como algo exótico, abjeto e estranho. Tendo sido criada por pais conservadores e religiosos, vivi uma infância cheia de alegrias, mas também com seus dissabores. Lembro que as questões concernentes à minha existência no mundo, em termos de gênero e de sexualidade, sempre foram espinhas engasgadas na garganta de meus familiares. Com os primeiros vestígios de uma existência dissidente logo na infância – por volta dos 5 anos de idade – minhas expressões de gênero, por vezes, foram motivos de abuso psicológico e de violência moral camuflada enquanto "correção".

Para pessoas cuja identidade e performance de gênero são consideradas dissidentes a partir de uma moralidade normativa, a dimensão existencial ultrapassa o polo da aceitação e do respeito, aqui contrapondo a ideia de "correção" como alternativa aos corpos tratados pela via da abjeção. Nesse caso, para as pessoas trans* – ainda que na infância não tomem consciência plena disso –, existir não diz somente respeito ao direito de serem respeitadas, mas, sobretudo, de serem incluídas e legitimadas enquanto sujeitos sociais com dignidade.

No meu caso, lembro que, durante minha infância, além das correções que recebia em casa, em forma de violência moral e subjetiva, também fui – sem ter consciência disso – vulnerabilizada e excluída de espaços que não me compreendiam e, portanto, não legitimavam a minha existência como possível, ou seja, eu precisava, de certa forma, estar dentro dos padrões morais, culturais e subjetivos construídos pela sociedade e presentes em diversos desses espaços em que eu socializava, para então ter minha existência minimamente aceita, longe de qualquer reconhecimento.

Cansei de ouvir a frase: "você pode ser gay, agora viado depravado tipo travesti e bicha louca aí já acho errado", atentando ao fato de que ser uma pessoa homossexual era possível negociar minimamente a minha existência no plano das relações sociais, ao passo que a partir do momento em que eu me identificando com o gênero feminino e afirmando uma identidade de gênero dissidente, já não era possível sequer a negociação de minha existência nesses espaços. Não somente no espaço da família, vivenciei também tais violências e assujeitamentos (ANDRADE, 2012) em espaços de formação, como na escola e na igreja.

Sabe-se que muito tem a avançar em se tratando do contexto educacional brasileiro, sobretudo no ensino básico, quando a pauta diz respeito à inclusão das diferenças. De todas as escolas públicas em que estudei, lembro bem que sempre foi uma experiência aterrorizante para colegas travestis, que, no ápice da adolescência – sem conseguir viver em um corpo que não se identificava –, iniciaram seus processos de transição concomitantes com a formação escolar. No entanto, além do desafio que era (e ainda é) encarar a família, essas colegas tinham que sobreviver ao regime de disciplina e de exclusão que seus corpos (e suas existências) eram obrigadas a passar.

Lembro, pelo menos, de duas colegas de escola que não conseguindo resistir por muito tempo a esse sistema de evasão forçada em decorrência das suas existências não aceitas no ambiente escolar, se viram obrigadas a abandonar os estudos e buscar outras formas – precárias – de sobrevivência. Muitas dessas colegas inseriram-se na prostituição de forma indesejada, ainda com menoridade, sendo obrigadas a viverem em uma sociedade que marginalizavam – e ainda marginalizam – suas existências (OLIVEIRA, 2020).

Crescer nesse cenário e ouvir desde muito cedo as reproduções transfóbicas e morais tanto em casa como na igreja, fazia com que eu me visse cada vez mais encurralada a viver um futuro que não me pertencia ou, pelo menos, não me cabia da forma plena como eu me entendia e desejava ser. Foi traumatizante ver colegas travestis morrendo, caindo no mundo das drogas e da prostituição indesejada, tendo suas perspectivas de vida e de futuro aniquiladas. Então construí – ou fui induzida em termos sociais e subjetivos – na minha cabeça uma ideia de que ser travesti era sinônimo de ser marginal, de ser uma pessoa impura (DOUGLAS, 1966), cuja existência representava uma afronta à sociedade, aos valores e aos princípios moralizantes.

Graças ao conhecimento e à insistência que sempre tive em querer aprender, hoje percebo o quão perverso e aniquilador é o sistema colonizador que ainda opera fortemente em nossa sociedade. Além de representar um completo etnocentrismo, em julgar e tornar abjeto a existência de outrem a partir daquilo que se entende enquanto moral, representa também uma estrutura maior de normas que opera sobre nossos corpos, nossas subjetividades e nossas existências, acionando dispositivos de micropoder e de biopoder (FOUCAULT, 1977) através de violências e de hierarquias que regem as relações sociais e oprimem sujeitos, narrativas e subjetividades.

Crescendo nessa seara e vendo colegas travestis sendo aniquiladas socialmente, eu me reprimi durante muito tempo para não sofrer grandes e fortes sanções sociais, seja em casa, na família, na escola ou na igreja³. De modo que somente nos últimos anos, depois dos meus 20 anos de idade, que comecei a aprender de forma crítica e reflexiva sobre as relações de gênero e

³ Hoje percebo que essa repressão interna, além de produzida por mecanismos de regulações morais e sociais, foi também uma estratégia de sobrevivência através do assujeitamento à norma em que me vi obrigada a empreender como forma de reduzir – ainda que a curto prazo – os danos subjetivos à minha pessoa e à minha existência.

de sexualidade na nossa sociedade, é que voltei a questionar minha existência e minha identidade de gênero. Hoje entendo que a fase de ter me reconhecido um garoto cis e gay foi um recorte da minha experiência social e da construção da minha subjetividade ao me relacionar com as pessoas ao meu redor. Ou, ainda, o fato de durante muito tempo, me entendendo enquanto gay, vivi também uma recorrente inquietação sobre minha identidade de gênero, o que hoje entendemos ser à parte da experiência de orientação sexual, mas, no entanto, são dimensões de experiências sociais que se entrecruzam. Elucido aqui o processo primário de socialização que vivenciamos desde a infância, responsável por moldar a nossa subjetividade e imputar, a partir de noções biologizantes, quem somos em termos existenciais, impossibilitando a construção da identidade de gênero como algo experiencial, à medida que nos reconhecemos enquanto sujeitos. Desnecessário dizer, portanto, que a norma regida por esse processo multidimensional de socialização é a cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015).

Pouco tempo antes de ingressar no mestrado e dar prosseguimento a essa pesquisa, eu já me via em uma fase difícil, de profunda angústia e inquietação a respeito da minha identidade de gênero, ao passo que realizar essa pesquisa e me inserir de forma efetiva em sua dimensão relacional, se fez como uma grande experiência de compreensão de mim mesma, ao mesmo tempo que de meus/minhas interlocutores/as. Isso me leva a corroborar com aquilo que Favret-Saada (1990) apresenta sobre a dimensão do "afeto", o que por sua vez encaro como uma experiência de "afetação" incomum ao que ocorre recorrentemente na antropologia e práticas empíricas. A afetação nesse caso está imbricada naquilo que me consome enquanto sujeita da pesquisa, que não somente me permite produzir e vivenciar uma dimensão relacional de mutualidade (SANJEK, 2015), mas de trazer para o *corpus* da pesquisa a afetação emergida na própria pesquisa para com a minha existência (FAVERO, 2020).

Produzir essa reflexão compartilhando experiências e saberes com meus/minhas interlocutores/as tem sido um desafio que considero paradigmático, pois me oportuniza não somente um pacto relacional, mas a apreensão de narrativas múltiplas que acionam interseccionalidades (COLLINS; BILGE, 2016) capazes de revelar experiências multidimensionais

caracterizadas por vozes amplificadas na qual emergem epistemologias trans (NASCIMENTO, 2021). Mas o que seria epistemologias trans?

Dialogando com uma antropologia reversa (MALUF, 2010), aciono aqui uma noção de produção de conhecimento afirmativo e político. Uma epistemologia trans é emergida a partir da agência de pessoas trans* no âmbito acadêmico-universitário enquanto produtoras desse modelo de conhecimento ocidental e hegemônico – para não dizer legitimado. Maria Clara Araújo dos Passos (2022) afirma que o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais vem ao longo da história reivindicando – entre outras pautas – o direito à educação, mas não somente, existe também historicamente uma disputa pela ocupação dos lugares de produção de conhecimento, o que concerne não só a estar na Universidade, mas ocupar postos academicamente de protagonismo no processo de produção de epistemologias trans, dado que em nossa sociedade o conhecimento científico é sinônimo de poder.

Seria então mais um processo de assujeitamento, na qual pessoas trans* estariam submetidas a vivenciarem, quando se tornam produtoras que reforçam esse tipo de conhecimento? Em meu modo de ver o que está em jogo, na verdade, é a legitimidade das nossas existências em uma sociedade radicalmente balizada por normas e relações de poder que regulam e respondem a questão: *quais corpos importam?* Então, que sejamos produtoras de epistemologias trans desde nossa existência no mundo e a partir dos nossos olhares analítico e situado, acionando assim uma humanidade possível ao nosso modo de ser e existir.

2.3 Ressignificando o(s) caminho(s) – Ou como fazer uma etnografia em contexto de adversidades

O ponto de partida dessa pesquisa data do início de minha graduação em Humanidades na UNILAB, em 2017. Minha trajetória dentro da Universidade foi marcada por experiências e oportunidades significativas na minha formação. Inicialmente, em meu primeiro contato com a reaPODERE (Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistência) pude participar de um grupo de estudos em políticas sociais e direitos humanos, ainda em meu primeiro semestre de graduação. No semestre

seguinte recebi o convite do então coordenador na rede, o professor James Moura Júnior, para integrar a equipe e liderar, juntamente com outros colegas da rede, um curso de discussão e reflexão sobre interseccionalidades, denominado "Interseccionalidades: teoria e prática", no semestre 2017.2. O grupo, que consistia inicialmente em um espaço de formação crítica e debate sobre o tema, ganhou projeção e destaque dentro da universidade, o que nos motivou a realizar uma segunda edição no semestre seguinte, que também rendeu bons frutos.

Embora discussões sobre diferença, desigualdades e violências fossem comuns dentro da UNILAB, tanto em salas de aulas como em eventos e formações extra sala de aula, a discussão sobre os marcadores sociais de diferença e as relacionalidades em torno das intersecções ainda eram incipientes, ainda que por sua vez a UNILAB compreendesse todo um contexto de pluralidade de identidades.

Sobre essa pluralidade cabia a mim uma inquietação permanente: compreender como as relações sociais dentro daquele contexto eram configuradas diante de tamanha dimensão plural. Acredito que um terço dessa inquietação que me acompanhava naquele momento foi trabalhada nos encontros através da partilha de saberes e perspectivas sobre as experiências diversas que nós, enquanto jovens com identidades diversas, vivenciaram/vivenciavam. No entanto, atravessada pela ótica da antropologia de ler o mundo, as coisas, as existências e, não menos importante, as relações, me permitiu analisar as relações à minha volta sob outro ponto de vista, aquele que levasse em conta as dimensões plurais, mas também individuais e subjetivas dos sujeitos, em convergência com as interseccionalidades e ciente da dimensão que nos aproxima enquanto sujeitos sociais diversos, mas que também nos diferencia enquanto sujeitos sociais com experiências singulares e subjetivas.

Nas duas edições do curso foi possível perceber a participação expressiva de pessoas trans* estudantes da UNILAB e também da comunidade externa. Essa vivência semanal com colegas trans* me possibilitou apreender questões intrigantes que ao longo do tempo foram me afetando de forma transversal. Ou seja, a experiência de afetação só foi possível da forma que foi graças ao entendimento de quem eu sou existencialmente em termos sociais e

políticos, experiência comum à de outras/os colegas presentes no grupo. A partir disso eu realmente compreendi que eu estava fazendo antropologia, pois as relações humanas, necessárias para qualquer empreendimento antropológico, estavam estruturadas, ainda que de forma neófitas.

No semestre seguinte, por motivos de logística na reaPODERE, decidimos não ofertar novamente o curso, todavia, foi possível colher bons frutos com as duas edições. Produzimos reflexões em formato de relato de experiência sobre a dimensão crítica e potente da formação em interseccionalidades do ponto de vista das pessoas mediadoras, e apresentamos em eventos científicos como a Semana Universitária da UNILAB, o Congresso Curta o Gênero, e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, todos no ano de 2018.

A posteriori, eu resolvi levar a experiência de atravessamento que a formação em interseccionalidades me afetou para meu projeto de trabalho de conclusão de curso. Sob a orientação do professor Pedro Magrini, produzi um trabalho de experiência etnográfica sobre a presença de corpos trans* na UNILAB. Embora naquele momento eu ainda estivesse engatinhando nos estudos de gênero e sexualidades, me foi possível ter um *insight* em naquele trabalho tratar justamente das relações. Relações que pessoas trans* na UNILAB estavam/estão sujeitas a vivenciarem de diversas formas e a partir de causalidades específicas. No entanto, por não ter naquele momento maturidade intelectual e bagagem antropológica suficiente, resolvi colocar a ideia na gaveta e deixar para amadurecer em outro momento.

Depois de já estar morando no sul do Brasil, em 2020 me deparo com a pandemia de Covid-19, que por sua vez estremeceu os planos que eu vinha tentando colocar em prática, me obrigando assim a refazer os caminhos. Em agosto daquele ano eu me deparei com uma circunstância inusitada: a morte prematura de meu pai, um homem de 62 anos. Embora minha relação com ele não fosse das melhores, sua partida me abalou de forma extrema, ao ponto de me encontrar em um estado de luto profundo beirando a depressão, ao passo que longe de minha terra natal a alternativa possível que encontrei foi superar a fase difícil e continuar ressignificando os caminhos estremecidos.

Já sem perspectiva de futuro e quase desistindo de continuar os estudos, eu resolvi inscrever-me no processo seletivo do mestrado em

antropologia no PPGA – UFC/UNILAB, que naquele momento – assim como outros programas de pós-graduação no Brasil – realizava o processo seletivo de maneira remota por conta das restrições sanitárias impostas pela pandemia. O resultado veio e, para minha felicidade, fiquei na terceira colocação da ampla concorrência. E o meu projeto que estava há quase dois anos na gaveta, seria então lapidado e colocado em prática. Todavia, houveram alguns desafios que – assim como outros colegas – eu também tive que aprimorar o projeto para o contexto pandêmico.

A ideia inicial do projeto era de dar continuidade à etnografia que eu já havia iniciado em meu TCC da Graduação em Humanidades na UNILAB, no entanto com os objetivos aperfeiçoados e com foco nas relações sociais e estratégias de resistências de pessoas trans* presentes no contexto unilabiano. Entretanto, com a suspensão das aulas presenciais e os *campi* da universidade praticamente inabitados, eu não tive outra escolha de como realizar a pesquisa senão pelos moldes virtuais, ou seja, aperfeiçoar a metodologia de acordo com o contexto. Sob a orientação do professor Martinho Tota eu pude compreender uma lição primordial na antropologia: o campo não é necessariamente um lugar ou aquilo que habitamos para realizar a pesquisa; o campo é na verdade as relações, que por sua vez são produzidas e mediadas por sujeitos. Com esse entendimento eu compreendi que eu não precisava realizar a pesquisa sobre o contexto da Unilab e as relações de pessoas trans* presentes nela estando necessariamente no campus da instituição, o que poderia sim ser possível se não fosse a pandemia; porém de tal modo que pudéssemos aproveitar a potência da pesquisa respeitando os processos já estabelecidos anteriormente, cabia a mim então aprimorar tais relações – ainda que à distância – para dar continuidade à pesquisa.

Todas as pessoas trans* interlocutoras desta pesquisa, sendo a maior parte estudantes, estavam ainda em processo de habituação com o ensino remoto, o que gerou diversas angústias que inevitavelmente aparecem em seus relatos durante as nossas conversas. Não obstante, foi possível também compreender que os mecanismos estruturais presentes nas relações sociais quando antes da pandemia – ou seja, quando as aulas eram presenciais – também se fazem presentes nos encontros e aulas remotas. O que por sua vez incide em produzir dispositivos de resistência também em contextos de ensino

remoto. Isso revela que as relações são permeadas por causalidades e relacionalidades específicas, mas estruturalmente falando elas permaneceram semelhantes, sejam presenciais – no campus da Universidade – ou à distância.

2.4 Estrutura da dissertação

Na primeira parte da dissertação, apresento uma introdução sobre o tema central da pesquisa, bem como as principais motivações teóricas que me acompanharam ao longo do desenvolvimento do trabalho. Na segunda parte, contextualizo o tema trazendo o diálogo da antropologia com o campo dos estudos de gênero e, mais especificamente, o recorte que concerne ao tema das pessoas trans* na educação. Ainda na segunda parte, busco justificar a relevância do trabalho através da prática de uma antropologia por demanda em diálogo com a mutualidade no fazer científico e antropológico, refletindo sobre as dimensões de escalas. Apresento, também, um recorte da minha tra(s)jetória enquanto estudante-pesquisadora-travesti, elucidando a reflexão para a dimensão de afetação na qual está implicada na minha relação com o campo. Fechando a primeira parte, discuto sobre a relação do fazer antropológico diante das adversidades durante a pandemia de covid-19.

Na terceira parte, apresento o escopo metodológico e questões empíricas referente ao trabalho de campo, ao contexto da pesquisa e as pessoas interlocutoras. Na quarta parte, discuto os estudos trans e as implicações históricas e políticas a respeito das produções de conhecimento sobre pessoas trans*. Neste capítulo, produzo um esforço em apresentar um ponto de vista situado sobre a epistemologia trans e, mais especificamente, sobre uma antropologia trans amparada pela potência intelectual de pessoas trans*.

Na quinta parte, apresento os dados etnográficos do trabalho de campo e analiso a partir de um diálogo entre as narrativas de meus/minhas interlocutores/as e a literatura sobre o tema do acesso e permanência de pessoas trans* na educação, elucidando assim uma interpretação interseccional sobre as experiências de resistência no ambiente acadêmico-universitário da UNILAB. Neste capítulo, disserto sobre a dimensão da abjeção em diálogo com as políticas de resistência de pessoas trans* no

contexto da UNILAB, na qual revela-se uma produção transidentitária de suas existências.

Na sexta parte, trago recortes do diário de campo enquanto relato etnográfico acerca do vivido e das relacionalidades postas durante a realização da pesquisa. Reflito sobre as dimensões de implicação e atravessamento pessoal-político que a realização desta investigação me causou. Na sequência, em considerações finais, apresento algumas provocações derivadas da realização do trabalho de campo e do processo de análise dos dados, na qual se revelam como insumos para projetar ações práticas e efetivas com vistas à transformação social da realidade de pessoas trans* presentes no contexto acadêmico-universitário da UNILAB.

3. METODOLOGIA

3.1 Percursos etnográficos

O empreendimento e desenvolvimento desta pesquisa se deu em diferentes etapas. Avalio que foi ao longo de um processo contínuo de altos e baixos, acertos e equívocos e aprendizagens múltiplas que a etnografia ganhou forma e contexto. Nesse emaranhado processual de acontecimentos, o fluxo permitiu a maturação da pesquisa em si. Aqui me refiro ao objeto empírico e subjetivo que estive, desde o início, sob meus interesses: as experiências de pessoas trans* no contexto universitário da UNILAB. Mais que isso, houve também um processo de amadurecimento da minha parte, não somente enquanto jovem antropóloga em formação, mas também de afetação da minha experiência subjetiva enquanto travesti produzindo conhecimento trans-localizado.

É no bojo desse processo que o percurso etnográfico desta pesquisa se conflui com os percalços oriundos do contexto de adversidades. O artesanato intelectual (WRIGHT MILLS, 2009) de produzir uma pesquisa antropológica passando por várias etapas foi vivenciado por mim desde o amadurecimento do projeto de pesquisa quando submetido ao processo seletivo de ingresso ao

mestrado até os redimensionamentos e lapidações finais que se fizeram necessários no processo de escrita da dissertação.

Devo destacar, sem esquecer de mencionar a necessidade de o fazer, que as condições críticas de realização do trabalho de campo foram e ainda são objetos centrais de reflexão e análise crítica, uma vez que me vi por vezes sem rumo, senão sem perspectivas, de como produzir estratégias anti-fracasso para que essa investigação saísse do papel e efetivamente ganhasse corpo e movimento, como proposto no projeto de pesquisa.

Os aprendizados em sala de aula, as leituras realizadas durante as disciplinas cursadas no mestrado e as formações de extensão que me lancei a cursar foram essenciais para o meu aperfeiçoamento e entendimento macro-crítico do caráter teórico e metodológico da etnografia enquanto produto e produção decorrente de uma série de relações, causos, afetações, conversas, vivências, sentimentos e narrativas. No período em que *Argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1922) completa seu centenário da publicação original, me vejo obrigada a mencionar que o formato e forma na qual produzimos e fazemos etnografia hoje é suficientemente aperfeiçoado, e porque não diferente, dos tempos de Malinowski. Isso, longe de ser uma crítica, ou ainda diminuir os trabalhos etnográficos realizados por diversos antropólogos e antropólogas clássicos e importantes para a história da antropologia, é muito mais uma sinalização do caráter inovador, para não dizer revelador, que a etnografia enquanto método por excelência da antropologia carrega consigo ao passar por gerações e ainda ser produzida desde sua essência, mas com atravessamentos e relacionalidades outras, de acordo com a época e contexto histórico.

Neste sentido, essa pesquisa se apropriou de um escopo etnográfico e narrativo, uma vez que teve como fundamento investigar sobre a dimensão transidentitária no contexto da UNILAB-CE. Diante disso, acionou-se à realização de entrevistas semi-estruturadas junto às pessoas interlocutoras com vistas a apreender uma narrativa própria sobre suas histórias de vida e trajetórias de formação escolar/acadêmica, o que por sua vez se fez possível compreender os atravessamentos subjetivos próprios dos objetivos desta pesquisa: entender como são operacionalizadas as resistências desses sujeitos no contexto acadêmico-universitário da UNILAB-CE.

Por sua vez, o caráter etnográfico que emerge ampara-se sobre as relações que foram estabelecidas entre eu – na condição de pesquisadora – para com o campo e as pessoas interlocutoras, de modo que a minha apreensão enquanto sujeita em observação e os efeitos resultantes do processo de reflexão e escrita etnográfica, promoveu uma dimensão sensorial de afetação e de sentido ao vivenciado no campo empírico. Portanto, tomei como recorte etnográfico todas as dimensões subjetivas envolvidas no processo de investigação que depreendem sobre mim de modo a produzir um arsenal de conceitos, significados, sentidos, acepções e por conseguinte uma narrativa etnográfica, confirmando assim o proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (1996) como sendo o *métier* do/a antropólogo/a, destacando a prática do olhar, do ouvir e do escrever.

3.2 Contexto da pesquisa

A UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – é uma universidade pública federal, interiorana e internacional. Criada em 20 de julho de 2010, a UNILAB é hoje um marco central não somente no Nordeste, como também no país inteiro, bem como para a vida de muitos jovens oriundos de classes populares que obtiveram, através dessa instituição, a oportunidade única de serem os primeiros de suas famílias a ingressarem numa universidade pública e concluir um curso de graduação.

A UNILAB é uma instituição internacional que tem como subsídio a cooperação sul/sul, que diz respeito à parceria estabelecida entre governos com os países do continente africano, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe. Essa realidade só foi possível por existir também um elo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na qual o Brasil está inserido e também confere tal parceria com Portugal e Timor-Leste.

Neste sentido a UNILAB surge como uma instituição necessária no que compete às possibilidades de resignificação do conhecimento, tratando-se de uma universidade atrelada a uma perspectiva decolonial, buscando através do compromisso ético-político oferecer uma formação plural. A UNILAB conta hoje com mais de 15 cursos de graduação, presencial e à distância, além também

dos programas de pós-graduação, na qual confere atualmente 13 cursos em seu total, *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*.

Encontra-se na UNILAB pessoas trans* oriundas de diversas cidades do Estado. Em sua maioria são pessoas com idade entre 18 a 35 anos que escolheram a UNILAB por se tratar de uma universidade popular, onde podem ter a oportunidade de estudar, concluir um curso superior e ingressar no mercado de trabalho, ainda assim tão marcado por preconceitos e discriminações. Nesse leque de diversidade é possível encontrar na UNILAB pessoas trans* com diferentes rostos, corpos e cores. Em sua grande maioria são pessoas pertencentes a famílias de classe baixa. Além de estudantes, é possível também perceber a presença de funcionários trans*, resultado da política de inclusão e integração da Universidade, o que também contempla o corpo de servidores e funcionários.

3.3 Procedimentos de realização do trabalho de campo

Os procedimentos realizados nesta investigação se dividem em três etapas. Inicialmente, resgatei e atualizei um levantamento de identificação da existência de pessoas trans* na UNILAB. Esse procedimento subsidiou a minha entrada efetiva no campo, ou ainda, foi o meu canal de contato e (re)aproximação com pessoas trans* da instituição. Na sequência, busquei realizar e colocar em prática a transparência das minhas intenções e objetivos da pesquisa. Fiz contato e estabeleci vínculos mais sólidos com colegas trans* que, em meu ver, estariam dispostos/as a participar da pesquisa. Nem tudo ocorreu como eu esperava, e acredito que esse desafio de fazer com que algumas pessoas aceitassem participar da pesquisa, se deu – em certa medida – pela minha condição naquele momento. Ainda que eu fosse uma pessoa familiar, colega de curso e conhecida na instituição, eu estava enquanto um jovem cisgênero gay. Ademais, estar na posição de pesquisador em nível de pós-graduação conferia a mim uma responsabilidade aguçada, senão pela via da credibilidade, foi pela minha posição mais pesquisador do que colega que impactou, acredito eu, na disposição de algumas pessoas em participar como colaboradoras da pesquisa.

Hoje percebo, enquanto Melina, que a nossa existência no mundo, além daquilo que em tese reforçamos como códigos e signos gendricados, impacta sobremaneira o caráter identitário que carregamos na nossa existência cotidiana e nas relações sociais. Mais que isso, tenho convicção que a minha condição naquele momento enquanto "uma pessoa cis" fez sim com que houvesse um repelimento, por parte de algumas pessoas, que me aproximei para a realização da pesquisa. É extremamente difícil e desgastante para qualquer pessoa trans* lidar com pessoas cisgêneras, seja relacionalmente no dia a dia, seja no plano das subjetividades. Nós, pessoas trans*, temos muito um contato mais profundo com pessoas cis, sobretudo numa relação de pesquisa e análise científica, pois nunca, repito, nunca essas pessoas irão, de fato, nos entender substancialmente⁴. Por vezes é cansativo repetir narrativas semelhantes e compartilhadas a outras pessoas trans*, porque sempre haverá um posicionamento, uma fala ou uma análise relativizadora de diminuição da referida narrativa ou ainda, o que costumeiramente acontece, atitudes transfóbicas por parte de pessoas cis, muitas vezes sem sequer se darem conta que estão sendo violentas.

Na sequência ao levantamento, realizei durante quatro meses, junto às pessoas colaboradoras que aceitaram participar do presente estudo, inúmeras conversas, contatos, trocas de mensagens, ligações telefônicas, e mais sistematicamente entrevistas semiestruturadas com foco em suas narrativas. A proposta inicialmente era acompanhá-las durante quatro semanas nas dependências da UNILAB no Ceará, nos *campi* Auroras e Palmares, no entanto, em decorrência da pandemia de Covid-19 e da suspensão das aulas e atividades administrativas presenciais na instituição, optei por realizar o campo de modo remoto, ou seja, com relação contínua à distância, tendo como recursos ligações e troca de mensagens, e ainda no caso das entrevistas a plataforma de videoconferência *Google Meet*, onde consegui, autorizada por cada interlocutor/a, registrar em gravação de áudio todas as entrevistas realizadas.

⁴ Aqui me refiro à dimensão do que é vivido no plano cotidiano por pessoas trans* no plano das relações sociais em diversos âmbitos da vida social. Ou seja, para quem não encara o mundo e as pessoas na condição de pessoa trans* dificilmente consegue compreender – e sentir – o que nós passamos, sejam as dores das violências, os medos, as inquietações, assim como as resistências e os assujeitamentos.

Ao longo do contato processual que ia sendo estabelecido entre eu e as pessoas interlocutoras, eu ia registrando notas, reflexões, inquietações e apontamentos em diário de campo. Esses registros foram importantes para a mediação das relações que iam sendo construídas no campo, principalmente em eventos específicos onde percebi a relação antropológica *versus* interlocutor/a tomar dimensões de escalas diversas, moldando a experiência empírica e de relacionalidades, quando por exemplo, fui convocada por um dos interlocutores a enfrentar um episódio de transfobia da qual ele foi vítima. Foi, portanto, através das notas e registros daquilo que vivi e vivenciei com as pessoas, durante o trabalho de campo, que estruturei a minha narrativa subjetiva transposta nesta dissertação, ora enquanto antropóloga, ora enquanto travesti.

A etapa de análise se deu de forma contínua. As narrativas de resistência emergiram do campo como uma possibilidade de caminho a ser explorado diante das trajetórias das pessoas interlocutoras. Em um primeiro momento realizei as entrevistas de forma remota, ao passo que também registrava em diário de campo os aspectos subjetivos que me atravessavam durante as conversas e interações com os/as interlocutores/as, do mesmo modo que o processo de escrita ia me afetando. Na sequência realizei as transcrições das entrevistas e, ao finalizar, iniciei o processo de decodificação. Vale mencionar que, dadas as circunstâncias do processo de realização da etnografia, eu não realizei fases subsequentes, ou seja, não realizei uma etapa seguida de outra. Ao passo que eu estava transcrevendo uma entrevista, eu também estava realizando outra com outra pessoa interlocutora e também desenvolvendo a decodificação uma por uma. Após a qualificação da pesquisa, eu resolvi não mais realizar entrevistas gravadas com vistas a utilizar na análise. Dei uma pausa, apesar de que as interações por outros canais remotos continuaram.

O processo de decodificação talvez tenha sido o mais desafiador durante a análise, pois eu percebi a amplitude de sinais, signos e potencialidades que as narrativas apontavam, e lidar com uma quantidade de dados dessa maneira fez com que o processo de digestão minucioso das narrativas se revelasse, por vezes, como um processo doloroso para mim. Ao revisitar os relatos transcritos eu revivi os momentos das entrevistas, de modo

que me afetava de forma negativa pela dimensão do conteúdo que os relatos carregavam. Realizar esse processo de forma solitária produziu em mim momentos de angústia, de desespero, de pessimismo e, por vezes, a possibilidade de desistir, pois eu encarava de uma forma que naquele momento eu não seria capaz de lidar com a complexidade do conteúdo etnográfico.

Considero importante descrever minuciosamente esse processo da pesquisa, pois, em meu ver, quando estamos desenvolvendo uma etnografia, não estamos "apenas" realizando um trabalho de campo. Durante todas as etapas desse processo – em algumas mais diretamente – estive implicada uma afetação, o que revela por si só a complexidade das relações em escalas. Importa dizer aqui que em alguns momentos desse processo de lidar de forma mais direta com os dados eu me vi não somente imersa no trabalho etnográfico como um todo, mas percebi e compreendi essas relacionalidades afetando também a minha relação com meus/minhas interlocutores/as, quando, por exemplo, me vi em um estado de angústia, não desejando ter contato com elas naquele momento.

O processo de análise também se deu a partir do que eu defini como categorias-chave presentes nas narrativas, que tornaram-se evidentes ao longo do processo. Essas categorias também estavam presentes na constituição das narrativas subjetivas que eu ia tecendo em diário de campo. Perceber e compreender esse diálogo síncrono me fez crer que durante o trabalho de campo foi estabelecida relações simétricas com meus/minhas interlocutores/as, ainda que os momentos de assimetrias surgissem por vezes, e apesar, também, das especificidades e interseccionalidades contidas na realidade de cada pessoa, incluindo a minha.

A resistência não foi um dado achado durante o processo de análise. Ela sempre esteve presente na realidade das pessoas interlocutoras, conforme eu ia percebendo através dos relatos das trajetórias. Ela tornou-se evidente à medida que as experiências de violência e assujeitamento no âmbito da vivência universitária iam se revelando como latentes. A partir disso eu percebi que não haveria possibilidade de querer trabalhar com as categorias-chave sem evidenciar – ou ao menos tornar mais evidente do que estava – a resistência em suas narrativas.

Vale mencionar que essa virada de chave foi corroborada após o exame de qualificação, quando as ponderações da banca me fizeram enxergar a pesquisa e os dados com outros olhos – ou ao menos de um outro plano. É nesse sentido, portanto, que as narrativas de resistência ganham forma e protagonismo na etnografia.

Após esse percurso eu me vi atravessada por inúmeras inquietações em relação à pesquisa, ao trabalho de campo, à relação com meus/minhas interlocutores/as, e também com a situação contextual que encontrava-me atravessando naquele momento. Eu precisei, pelo bem da minha saúde mental, afastar-me do trabalho por um tempo. Isso implica dizer que houve um distanciamento meu em relação à escrita e ao processo de análise das narrativas, mas com a etnografia em si eu não me vi distante, sobretudo pelo aspecto que atravessar esse processo coincidiu com o início da minha afirmação-transição de gênero.

Eu precisei, portanto, produzir um esforço para me perceber de fora na relação com a pesquisa, o que parece impossível diante do contexto em que eu estava vivendo e tendo que lidar, a saber: os conflitos familiares, as dificuldades de relacionamento com as pessoas que eu convivia, a adaptação a terapia hormonal, as violências, a exclusão, dentre outras situações que tomaram uma proporção maior na minha existência e afetaram a minha vida em todos os sentidos, inclusive no que se refere ao processo de desenvolvimento da pesquisa e produção escrita desta dissertação.

Encarar isso tudo foi dilacerante, violento e angustiante, pois se vivêssemos em uma sociedade que comportasse viver com a diferença, eu não teria sido obrigada a encarar essas adversidades enquanto – e pela minha condição de – travesti. Ao mesmo tempo que me indigno pelo fato das coisas serem como são, eu também percebo que eu não tinha escolha a não ser enfrentar a adversidade de forma crítica e com firmeza. Isso implica dizer que enquanto antropóloga travesti eu não empreendi uma investigação etnográfica simplesmente, na verdade esse trabalho como um todo atravessou (e ainda atravessa) a minha existência enquanto Melina, e não apenas o meu processo de afirmação-transição de gênero.

Perceber e lidar com tudo isso foi, portanto, um divisor de águas durante a realização deste trabalho. Ao mesmo tempo, foi o combustível para que eu

pudesse fazer as pazes com a pesquisa e – ainda que diante de circunstâncias pessimistas – dar continuidade ao processo de escrita já iniciado, cujo resultado é este que você está lendo neste momento.

Mas, ainda tratando do processo de análise, foi no emaranhado de todos esses acontecimentos e situações que eu dei continuidade ao trabalho de dialogar com as narrativas de meus/minhas interlocutores/as produzindo um lugar específico para as resistências. O trabalho, portanto, se deu em estabelecer um diálogo das narrativas de resistência com os registros do trabalho de campo, revivendo o processo de escrita do diário, o que implica dizer que me foi preciso lidar não somente com as subjetividades – presentes nas narrativas – de meus/minhas interlocutores/as, mas também com a minha própria, diante daquilo que eu havia registrado em diário de campo.

A partir, portanto, das categorias-chave desde as narrativas de resistência eu produzi recortes analíticos, conforme pode ser visto mais adiante, e para os dados etnográficos registrados em diário de campo eu destinei um capítulo específico onde compilei em forma de relato etnográfico os principais aspectos subjetivos inerentes ao processo de realização do trabalho de campo, emergindo um diálogo entre a minha subjetividade registrada em notas e as subjetividades das pessoas interlocutoras desde as narrativas analisadas.

As questões éticas que atravessam uma pesquisa são múltiplas e na antropologia são processos, muitas vezes, delicados que demandam não só um cuidado e atenção aguçados por parte do/a antropólogo/a, mas sobretudo uma responsabilidade política e engajada naquilo que infere à vida, identidade e narrativa das pessoas interlocutoras.

A ética na pesquisa científica confere uma importância crucial acompanhada de uma responsabilidade perene, que envolve sujeitos, vidas e realidades diversas, sobretudo quando se trata de um estudo realizado sobre e com seres humanos. Segundo Flick (2013) os participantes da pesquisa precisam estar cientes da realização da investigação e de sua participação na mesma. Angrosino (2009) explica também que ética em pesquisa confere ao cuidado com os participantes e sua livre e espontânea participação concedida através de documento registrado. Para tanto, norteadas por essa lógica de

realizar um estudo ético e responsável, busquei antes de tudo respeitar a dignidade e a integridade das pessoas envolvidas.

Antes de iniciar a segunda etapa do processo em campo, que conferiu a aproximação com as pessoas auto-identificadas enquanto pessoas trans*, forneci a elas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento na qual lhes asseguro o cuidado e a responsabilidade sob suas identidades e participação na pesquisa, de modo que o uso das informações colhidas durante o trabalho de campo fossem tratadas de forma anônima no produto final, ou seja sem identificá-las em momento algum.

O TCLE disponibilizado foi assinado pelas pessoas envolvidas na pesquisa, a saber: a pesquisadora, o orientador e a pessoa interlocutora. O documento descreve a natureza da pesquisa, os objetivos propostos e para qual a sua finalidade. Após o ato da assinatura, todas as partes ficaram com uma cópia do documento. Destaca-se, ainda, que o desenvolvimento desta investigação foi amparado pelas diretrizes do Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia⁵, respeitando os princípios morais conferidos aos seres humanos, respaldando-lhes eticamente a dignidade e a cidadania asseguradas constitucionalmente com base nos Direitos Humanos.

4. ESTUDOS TRANS EM PERSPECTIVA

4.1 O que podem as transidentidades?

Diante das inquietações sociais que atravessam o cerne desta proposta de pesquisa, encontramos na perspectiva de Luma Andrade (2012) a resistência como estratégia de sobrevivência. Dessa maneira, o trabalho que segue estrutura-se na hipótese de compreender as formas de resistências de pessoas trans* cujo corpos são considerados abjetos e pertencentes ao *locus* que compreende-se como o ambiente da UNILAB, nas cidades de Redenção e Acarape⁶, no Ceará.

⁵ Disponível em <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

⁶ Redenção e Acarape são cidades vizinhas localizadas na região serrana do Ceará que junto com mais onze cidades formam o Maciço de Baturité. Redenção e Acarape são cidades sedes da UNILAB no Ceará, que com sua chegada tornaram-se cidades marcadas por uma pluralidade sob um caráter interiorizado e internacionalizado.

Entende-se aqui corpos abjetos, como sendo, segundo Judith Butler (1990), aqueles corpos que estão localizados na margem, que não correspondem ao que é regulado enquanto norma padrão, e que sob uma perspectiva cisgênera não é o belo ou o comum.

Segundo Berenice Bento (2008, p. 18), “[...] a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. Partindo do pensamento da autora, pode-se compreender que por conta das normas de gênero instituídas pela sociedade através de construções sociais, a transexualidade é tratada como algo transgressor, portanto, que não merece espaço, pois segundo a lógica moralizante cisnormativa a existência de pessoas trans* em nossa sociedade é imoral.

Ainda sob o pensamento de Berenice Bento (2008, p. 69) “a complexidade do processo de instauração social de uma identidade se anuncia quando um sujeito se põe em discurso”, entendendo-se discurso não somente como ato de fala e de enunciação, mas enquanto existência, direito ao lugar de fala, à cidadania e à vida. Portanto, quando existe a possibilidade de se pôr em discurso sendo/estando uma pessoa transgênera, a tendência é surgirem conflitos e práticas de deslegitimação, ou ainda de exclusão.

Sobre as confluências identitárias Berenice Bento (2008, p. 69) também nos explica que “tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros”. Ou seja, os corpos trans* são considerados socialmente corpos que transgridem e afrontam a norma hegemônica cisgênera que define quais corpos possuem valor social e quais corpos importam.

Tratando-se ainda sobre essa norma hegemônica de domar e definir os corpos com maior e menor valor social, Bento (2008, p. 76) afirma sobre as identidades transexual e travesti que “[...] os "normais" não diferenciam estas experiências identitárias, simplificam tudo sob a rubrica de "anormais", "aberrações", "coisas esquisitas"”. Isso se volta ao caráter de abjeção dado aos corpos trans* – segundo afirma Butler (1990) – e que incide sob a lógica cisgênera que por sua vez desencadeia o privilégio que pessoas cisgêneras possuem ao não questionarem seu gênero, de modo que para as pessoas trans* essa condição não se faz possível. Dado ao fato de que pessoas trans*

são desprovidas desse privilégio de não interrogação sobre seus corpos e existências, emerge, portanto, o seguinte questionamento: o que podem as transidentidades?

4.2 De objetos à produtoras/es de conhecimento

Essa pesquisa tem em sua gênese um caráter que considero peculiar e ao mesmo tempo desafiador. Me refiro ao esforço em produzir uma reflexão trans-localizada que se ampara ao mesmo tempo pela utilização – preferencialmente – de referências bibliográficas de autorias trans* para embasar o estudo. O esforço e o desafio se expressam a partir do que podemos pensar sobre o lugar das narrativas e dos corpos trans* no campo acadêmico-universitário, ou seja, não necessariamente o ingresso e permanência de pessoas trans* no ensino superior surtirá efeitos no sentido de produzir politicamente esses resultados em forma de construção de narrativas, saberes e conhecimentos trans-localizados. Ao passo que esse cenário deve ser problematizado também no que se refere ao universo acadêmico, ou seja, no campo científico de modo geral. Para além da presença de pessoas trans* na universidade, importa saber se elas estão ocupando lugares de poder político nas instâncias acadêmicas, enquanto doutoras, cientistas, pesquisadoras e docentes. Diante dessa reflexão, inquirio a seguinte questão: quantas pessoas trans* cientistas conhecemos de forma ampla?

A partir disso emerge a dimensão que se torna indiretamente – ou diretamente – balizador neste estudo, a saber: as epistemologias trans. Gostaria, portanto, de trazer um breve relato sobre meu contato e afetação com esse campo, de modo que mais adiante possa ser expresso e conclusivo o meu interesse em articular a dimensão das epistemologias trans com essa pesquisa.

O meu contato inicial com os estudos trans se deu primeiro pelos estudos de gênero. No Brasil, o campo dos estudos de gênero tem um histórico de grandes e relevantes mobilizações políticas, isso porque é presente em sua gênese a intersecção com o campo dos estudos feministas e, por conseguinte, com o próprio campo ativista, ou seja, com os movimentos feministas e de diversidade sexual e de gênero. Em princípio, como de costume em cursos de

ciências humanas e sociais, o que inclui a antropologia, as disciplinas de formação nesses campos se dão pelas disciplinas de antropologia do gênero, sociologia do gênero, relações de gênero e sexualidades, e estudos de gênero e feminismos. No leque de possibilidades curriculares e políticas, por vezes, tais disciplinas acabam não contemplando a variedade de subcampos e diversidades de perspectivas que abrangem esses campos.

Não diferente de demais estudantes dessa área, o meu caso foi exatamente assim, primeiro tive uma formação base introdutória sobre os estudos de gênero e sexualidades em minha primeira graduação e ao passo que eu estava migrando para a formação em antropologia e moldando os meus interesses teórico-políticos, eu fui especializando minha formação, de modo que somente depois de quase dois anos de formação no macro-campo dos estudos de gênero, eu comecei afunilar (ou expandir) as leituras e formação para o campo dos estudos trans. E foi com a historiadora trans norte-americana Susan Stryker (1998; 2006) que eu conheci de fato a existência deste campo de estudos especializado, o que por sua vez me fez chegar, mais especificamente, às epistemologias trans.

Esse contato com as epistemologias trans se deu, principalmente, pelo meu esforço em pesquisar e conhecer pessoas trans* produtoras de conhecimento, o que se deu acompanhado da realização deste projeto de pesquisa de mestrado, pois foi onde, de fato, entendi que não se tratava da "não existência de pessoas trans* intelectuais e produtoras de conhecimento", mas sim de um processo de invisibilização dessas existências, saberes e narrativas. Foi então que essa realidade para mim se reverteu a partir do pesquisar e descobrir a existência dessas pessoas e lê-las, ou seja, meu entendimento teórico sobre epistemologias trans se deu – e se dá até hoje – lendo produções de pessoas trans*.

As epistemologias trans amparam uma gama de saberes, narrativas e conhecimentos que são produzidos exclusivamente por pessoas trans* a partir de uma perspectiva trans-localizada, na qual corporificam suas existências políticas e identitárias no mundo. Nesse sentido, trata-se de uma reflexão própria a partir de um olhar e de um lugar específico no mundo, que por sua vez está ancorado por experiências de assujeitamentos, de adversidades e de

subalternidades, o que amplifica uma série de análises desde um ponto de vista específico, ensejando produções de conhecimento trans-localizado.

Sofia Favero (2020) discute esse tema da potência epistemológica das travestis intelectuais a partir da ética pajubá, na qual recorre à ancestralidade da linguagem e à cultura travesti para dinamizar e sistematizar uma perspectiva genuína que coloca em evidência não apenas um saber corporificado, mas o toma como arcabouço para diversificar metodologias arcaicas e formas de produção de conhecimento já enraizadas no universo acadêmico.

Corroborando com Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira, e Bruna Benevides (2020) quando afirmam que um pensamento travesti "trata-se da subversão dos métodos, da reapropriação dos termos, do roubo criativo de ideias e da extrema antropofagia [...]" (pg. 02), penso que a produção de conhecimento trans-localizado reflete sobretudo na dimensão enunciativa e em que conhecimento é esse, sua potência e sua subversão diante do *modus operandi* hegemônico e cânico responsável por invisibilizar historicamente existências trans*.

Jaqueline Gomes de Jesus (2018) situa a difusão do transfeminismo no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional, vivida na pele por mulheres trans e travestis em condições diversas de cor/raça, de sexualidade, de classe e de geração, o que dialoga, em certa medida, com a reflexão de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) ao situar sua experiência enquanto travesti negra no âmbito do movimento social de negras e negros, ampliando, assim, o debate acerca da dimensão da situacionalidade numa perspectiva trans-localizada.

A recente geração que vem expandido e amplificando o cenário acerca da presença de pessoas trans* na ciência e na produção de conhecimentos diversos, problematiza o lugar central que pessoas cisgêneras, lidas aqui enquanto aquelas que seguem uma norma (de gênero) de ser/existir no mundo, ocupam historicamente e a responsabilidade social que lhes cabem diante da realidade crítica e precária que pessoas trans* se encontram socialmente.

Viviane Vergueiro (2015) pontua em seu trabalho de dissertação de mestrado a dimensão da colonialidade do ser a partir da dimensão estrutural em que socialmente somos inseridos/as e o quanto a cisnormatividade possui lugar central nesses processos, de modo que

"Pensando interseccionalmente nas diversidades corporais e de identidades de gênero inconformes à cisnormatividade, podemos considerar que esta fantasia de perfeccionismo se expresse na esperança de que seremos 'aceitas' quando nossas corporalidades e identidades de gênero estejam alinhadas a diagnósticos mentais 'cientificamente' precisos, quando formos capazes de 'passar' completamente enquanto pessoas cisgêneras, ou quando tivermos certeza absoluta sobre nossas identidades de gênero e formos capazes de formulá-las e explicá-las de maneira 'perfeitamente' compreensível às audiências cisgêneras. Deixar de lado este ideal de perfeccionismo em direção a uma posição de autonomia significa "chegar nem no 'outro' não idealizado, quanto no 'outro' idealizado, mas no eu (self) complexo" (ibidem). Nem o diagnóstico de transexuais 'verdadeiras', tampouco a criminalização e ódio contra nossas diversidades: que nossas autopercepções suplantem as normatividades cisgêneras que incidem constantemente sobre todas nós" (pg. 175).

Seu pensamento nos leva a refletir de que modo podemos projetar possibilidades outras de existências a partir de diversidades corporais e de identidades de gênero não mais ancoradas numa lógica cisgênera; ou seja, quais existências são possíveis – em uma sociedade colonizada – fora da lógica cisnormativa de ser/existir no mundo?

Seguindo esse fio, autoras transfeministas como Amara Moira Rodvalho (2017), Beatriz Bagagli (2018), Helena Vieira (2018), e Hailey Kaas (2016), problematizam o lugar das existências transfemininas em espaços como a academia e o movimento feminista, propondo não somente críticas e processos de autoreflexão, mas combinações de lutas a partir de posições específicas forjadas na(s) experiência(s) de ser mulher trans e feminista.

No campo das artes, Dodi Leal, Ranata Carvalho, Ian Habib, entre outros nomes, protagonizam no Brasil um recente avanço no cenário das artes em geral no que concerne o lugar de pessoas trans* em campos artísticos e em produções artísticas diversas. Renata Carvalho com o seu *Manifesto Transpofágico* (2022), Dodi Leal com suas obras *Travesd* (2021)⁷ e *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral* (2021), e ainda Ian Habib com seu livro *Corpos transformacionais: a transformação corporal na artes da cena* (2021) produzem

⁷ Ver mais em <https://www.blogdoarcanjo.com/2021/11/12/dodi-leal-estreia-traved-sob-direcao-de-robson-cat-alunha-em-sessoes-intimistas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 maio 2023.

processos de transformações substanciais no modo como se produz arte dialogando com suas existências e narrativas, emanando assim produções trans-localizadas de arte e existências.

Outros nomes como Dayanna Louise dos Santos (2019), Sofia Favero (2020), Brume Dezembro (2021) Kaio Lemos (2020), Keo Silva (2019), Arthur Costa Nova (2021), Bruno Santana (2017), entre outros, também integram essa nova geração de pessoas trans* produtoras de conhecimento trans-localizado em seus respectivos campos e áreas de atuação, o que me leva a crer que a resistência é o nosso *modus operandi* de existência e conhecimentos diversos.

4.3 Por uma antropologia trans

A antropologia brasileira vem protagonizando experiências e protagonismos descentralizados de seu histórico enquanto ciência colonizadora. A exemplo disso, percebe-se a expressiva presença e atuação de antropólogos/as negres, indígenas, deficientes, em diáspora, feministas, bem como gays, lésbicas e bissexuais. Em eventos acadêmicos e científicos dos campos antropológicos, percebe-se o protagonismo desses atores e atrizes na coordenação de mesas redondas, palestras, lançamentos de livros e grupos de trabalho. Isso prova o quanto o lugar do "Outro" na antropologia vem sendo alternado, cujos sujeitos que outrora eram objetos de investigação/compreensão social, hoje ganham a cena falando sobre si e por si, assim como também produzindo conhecimento sobre outros temas e questões que não necessariamente sejam sobre seu grupo de pertencimento social e identitário.

No caso da população trans* é necessário um olhar crítico para analisar tal contexto. Enquanto estudante-pesquisadora e antropóloga em formação percebo que pesquisadores/as dedicados ao campo dos estudos de gênero e sexualidades do Brasil, mais especificamente nos estudos trans, são muitas vezes pessoas LGB's e heterossexuais cisgêneras falando e produzindo conhecimento sobre questões a respeito das pessoas trans* ou do universo trans* sem que necessariamente tais questões as atravessem pessoalmente.

Ainda assim, é nítido o esforço em produzir pesquisas que visam a conquistas de demandas políticas pautadas pela população trans* do país, ou

seja, é forte a prática de uma antropologia militante, que busca através da pesquisa antropológica produzir insumos científicos para o avanço e justiça social, bem como a erradicação das desigualdades sociais. Todavia, refletindo especificamente sobre o lugar das pessoas trans* na antropologia brasileira, me deparo com um escasso cenário de pessoas trans* antropólogas – na qual me incluo neste restrito grupo –, seja enquanto estudantes em formação ou como profissionais já em carreira acadêmica e/ou docente. Contamos nos dedos quantas pessoas trans* antropólogas são docentes universitárias na grande área da antropologia, e se tratando de estudantes em formação são tímidas as suas presenças e ressonâncias de atuação e protagonismos em subáreas diversas. Não raro, algumas dessas pessoas estão inseridas em núcleos e grupos de pesquisa dedicados à pesquisa antropológica sobre as questões de corpo, gênero, sexualidades e feminismos, justamente por ainda fazer falta a existência de grupos específicos dedicados às questões trans sob a ótica antropológica.

Nos eventos acadêmicos e científicos da antropologia, ainda que é possível ver grupos de trabalhos e atividades específicas (como mesas redondas e palestras) que tratem da temática trans, percebe-se que a gerência desses espaços é em sua maioria feita por pessoas não-trans*. A questão aqui não é uma crítica direcionada ao fato de você ser ou não ser trans* e estar à frente desses espaços a partir de seu lugar identitário e social específico; é muito mais a respeito de que antropologia estamos refletindo e produzindo sobre questões trans e sobre pessoas trans* que não pela ótica trans-localizada. O cerne da questão é que haverá narrativas que somente pessoas trans*, que vivenciam visceralmente sabem do que se trata, que deverão falar e responder a altura.

Nesse sentido, identificando o arsenal de pluralidades contemporâneas presente na antropologia brasileira, proponho a reflexão – e também a produção – de uma antropologia trans capaz de mover questionamentos acerca do entendimento antropológico canônico sobre gênero e redimensionamentos de narrativas plurais que venham potencializar a amplitude de vozes e existências, assim como a própria literatura antropológica sobre temas e questões clássicas e contemporâneas. Importa, portanto, pensar as práticas e atuações que inferem sobre questões éticas e metodológicas

próprias da antropologia, a exemplo de: o que pode uma travesti antropóloga no trabalho de campo etnográfico? Quais dimensões experienciais atravessam a leitura e narrativa de um homem trans ao produzir conhecimento na antropologia? Tais perspectivas me levam a crer na possibilidade futura de termos uma antropologia não somente verdadeiramente engajada e sensível às questões que atravessam as existências e causas de pessoas trans*, mas igualmente uma antropologia capaz de pluralizar a produção científica antropológica em caráter ético, político e humano.

Diante de uma antropologia reversa (MALUF, 2010), a proposta de uma antropologia trans está ensejada pelas relacionalidades e narrativas postas diante dos corpos e existências trans* inerentes ao trabalho antropológico, ao desenvolvimento de etnografias e realização de trabalhos de campo etnográfico. Ou seja, de que modo um corpo trans* produzindo antropologia reflete sobre o próprio trabalho etnográfico, atravessando dimensões de relações inerentes ao campo e à dimensão de alteridade? Que etnografia é essa onde o "Outro" ocupa o lugar da norma? Qual antropologia é possível projetar diante do redimensionamento não só dos lugares historicamente regimentados pela cisgeneridade enquanto estrutura que regula as relações sociais e existências no mundo, mas também diante do redimensionamento das narrativas? É necessário que pensemos uma antropologia para além dos moldes canônicos regidos por um narcisismo acadêmico (SILVA 2023) coberto de privilégios cis. Mais que isso, é urgente que legitimamos o lugar e as narrativas de pessoas trans* que estão produzindo antropologia. Essa antropologia trans capaz de fissurar as estruturas e projetar novos mundos e existências é também uma antropologia reversa (MALUF, 2010) na qual volta-se ao ponto zero da estaca com a potência de repensar lugares de poder, produção de conhecimento, e sobretudo, a urgente inquietação de ressignificar a diferença.

Dito isso, essa antropologia trans da qual proponho, e da qual me vejo parte, é uma antropologia da subalternidade que rompe as fronteiras centro-margem e coloca em evidência as potencialidades das narrativas e existências historicamente objetificadas, silenciadas e deslegitimadas. Uma antropologia trans é ocupada e produzida por pessoas trans*, cuja identidade

de gênero é o que lhe move existencialmente, resistindo às estruturas da cisnormatividade.

5. NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS

5.1 Sobre as pessoas da pesquisa

Conforme dito anteriormente, estabeleci o quadro de pessoas interlocutoras dessa pesquisa ao passo em que eu estabelecia relações. Base primordial para qualquer empreendimento antropológico, foi através da relação de convivência com essas pessoas que tornou-se possível a continuidade desta investigação, assim como suas colaborações.

Mesmo que eu destaque que meu vínculo com essas pessoas confere a um vínculo pessoal, de relação próxima e afetiva, ainda assim restam lacunas que as tornam distantes de mim, e portanto, não tão próximas. Algumas dessas pessoas foram colegas de curso, de formações acadêmicas e eventos da Universidade. Isso confere a nós um lugar de familiaridade, e ao mesmo tempo não tão próximo assim, uma vez que tais relações não extrapolavam o contexto acadêmico-universitário.

Nesse sentido, aqui aciono a dimensão de escala para sinalizar o quanto o processo do trabalho de campo se deu com base em estágios de relações, seja na minha figura enquanto colega de instituição, enquanto pesquisadora ou, ainda, enquanto nenhuma das duas posições. Percebi, todavia, que esses estágios ou estados de relação foram borrados à medida que a minha afirmação de gênero enquanto travesti foi se expressando ao longo do tempo, das nossas conversas e dos encontros. A etnografia, portanto, ancora-se na medida em que as relações e seus estágios de escalas iam revelando-se, desenvolvendo a matéria-prima central deste trabalho: as experiências atravessadas por relações.

Foi então no decorrer desta pesquisa, na proximidade periódica e às vezes cotidiana – mas também nos distanciamentos – que eu pude, de fato, me sentir próxima deles/delas, assim como eles/elas à mim. Portanto, ao colocar em prática o exercício de descrevê-las, me coloco também no exercício de

interpretá-las nos moldes em que estão estruturadas as nossas relacionalidades.

Os nomes que utilizo a seguir para identificá-los/las são fictícios, ou seja são utilizados intencionalmente com vistas a não identificação de seus nomes reais, uma vez que essa postura além de demarcar uma posição ética frente à dignidade das pessoas interlocutoras do estudo, também visa resguardá-las de qualquer dano que possa vir a ocorrer futuramente.

A questão ética de substituir seus nomes reais por codinomes se revelou como um problema para mim durante o processo de análise das narrativas, pois, me vi inquieta ao usar tal dispositivo quando na verdade poderia optar por solicitar autorização das pessoas interlocutoras em usar seus nomes reais e, portanto, não ocultar as suas identidades em um trabalho, cujo objetivo central é evidenciar suas narrativas, existências e trajetórias, colaborando para um processo de, não somente visibilização dessas vozes e existências trans*, mas de legitimidade de suas experiências, ainda que permeada por adversidades.

No entanto, ao refletir sobre essa questão com elas mesmas – as pessoas protagonistas da pesquisa – houve um consenso de que substituir seus nomes reais por codinomes tornaria suas participações e contribuições na pesquisa mais confortável. Do mesmo modo, entendendo que muitas vezes as narrativas denunciam violências, injustiças e violações de direitos, percebi que a alternativa mais assertiva seria não evidenciar – de forma direta – os nomes e as suas identidades, para que futuramente nenhum dano possa ocorrer às essas pessoas. Nesse sentido, segue abaixo uma breve apresentação das pessoas da pesquisa.

Miguel

Ele se autoidentifica enquanto um homem trans, branco, tem entre 35 e 45 anos de idade, é natural do interior do Ceará e tem como ocupação seu trabalho enquanto funcionário público na cidade onde reside atualmente e a segunda formação em curso na UNILAB; a primeira formação também cursada na mesma universidade foi concluída em 2017. Sua narrativa sobre a experiência enquanto homem trans na UNILAB é marcada por desafios,

desagrados e estratégias para subverter as dificuldades existentes durante o percurso de sua formação acadêmica.

Paloma

Paloma é natural do interior do Ceará, tem entre 35 e 45 anos de idade, cor parda, possui o ensino fundamental incompleto e é filha de agricultores analfabetos. Sua relação com a UNILAB é demarcada por um pertencimento perene, cuja existência enquanto mulher travesti se deu conscientemente depois de seu ingresso na instituição enquanto funcionária terceirizada. Sua narrativa é atravessada por realizações e ascensões sociais, assim como é presente experiências de luta contra as violências.

Felipe

Felipe é uma pessoa transmasculina, de cor branca, se autoidentifica com o gênero masculino e tem entre 25 e 35 anos de idade. Sua principal ocupação atualmente é enquanto estudante da segunda graduação na UNILAB, a primeira foi concluída em 2019 na mesma universidade.

Lucas

Lucas é um jovem universitário, natural da periferia de Fortaleza. Ele se autoidentifica enquanto homem trans, têm entre 18 e 25 anos de idade, de cor branca e atualmente está concluindo sua primeira graduação na UNILAB.

5.2 Corpo, infantilização e abjeção

A infantilização dos corpos, das existências e das narrativas de pessoas trans* é um dado recorrente, em muitos casos, por haver um pacto da cisgeneridade em tratar pessoas trans* de modo marcadamente abjeto. O enfrentamento a esse cenário se dá, muitas vezes, a partir da autodefinição e autoafirmação de pessoas trans* quanto às suas transidentidades, narrativas e experiências. Ou seja, em um processo de resignificação do lugar de abjeção

impelido às pessoas trans*. No entanto, o que se percebe em muitos casos é um comportamento – de pessoas cisgêneras com relação às pessoas trans* – de infantilização ao superestimar a existência de pessoas trans* e em outros momentos subestimá-las na mesma proporção. Vale ainda ressaltar o dado de que em alguns casos existem pessoas cisgêneras que ou só superestimam o tempo todo as existências de pessoas trans*, enquanto que outras só subestimam o tempo todo essas existências. Para Felipe, esse é um recorte da violência cotidiana que está assujeitado a passar dentro da universidade, sobretudo vindo de alguns de seus professores e professoras:

"[...] alguns professores **subestimam ou superestimam você pela sua diferença**. E isso eu acho que não só com pessoas trans, às vezes com pessoas com deficiência, enfim, com pessoas que tem algum recorte que não seja considerado dentro do padrão normativo. **Então, ou há uma superestima ou há uma subestima. Alguns não vão nem olhar para você ou vão te tratar com indiferença, e alguns vão tratar com atenção demais, atenção exagerada**. Até mesmo com certa infantilização, tratar você como especial demais, com alguns professores eu já percebi tendo esse tipo de tratamento comigo, de me colocar assim como se eu fosse muito inteligente, assim superestimar, e acabar esperando demais."

Como exemplo desse processo de subestimar as transidentidades, Felipe comenta sobre a experiência que teve com sua orientadora durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de sua primeira graduação, também cursada na UNILAB. Ele rememora aspectos que levaram-no a chegar a essa conclusão, segundo ele sobre um certo descaso por parte de sua orientadora quanto ao tema de seu TCC em questão e quanto ao processo de orientação, que por sua vez afeta-lhe diretamente enquanto uma pessoa trans*. Ele relata:

"Eu lembro que no dia da apresentação do TCC ela até falou que eu fui muito independente, que eu fui muito autônomo e tal, só que eu acho que de certa maneira foi um pouco de descaso, sabe, de não ter acompanhado plenamente, de não ter tanta base sobre esse recorte. E na UNILAB você vê que tem algumas pessoas que falam sobre gênero, que estudam sobre gênero, porém **esse recorte ainda é muito marginal**. Você vê em algumas mesas, alguns debates raríssimos, sobre pessoas trans e menos ainda sobre transmasculinidades. Então dentro da UNILAB, especificamente, essa pauta ainda é **muito invisível em todos os campos, desde o currículo até no tratamento mesmo interpessoal entre professores e alunos**".

E conclui explicando que "[...] dentro da UNILAB, especificamente, essa pauta ainda é muito invisível em todos os campos, desde o currículo até ao tratamento interpessoal entre professores e alunos".

O processo de infantilização vivenciado por pessoas trans*, conforme explicitado na narrativa de Felipe, é vivenciado cotidianamente em sala de aula, no cotidiano das relações dentro da universidade e também em ocasiões específicas como em um evento universitário:

"Antes da pandemia, no finalzinho de 2019, nós fizemos a Primeira Semana da Visibilidade Trans na UNILAB e **foi onde eu percebi onde estruturalmente a universidade não é preparada para as nossas existências**. É uma universidade que você tem dificuldade para conseguir até um microfone. **A gente precisou de um equipamento, de espaço, e a gente percebeu que quando a gente ia falar com algumas pessoas a gente era tratado daquele jeito que eu falei né... meio que infantilizavam a gente, como se nós não tivéssemos capacidade, como se nós não fossemos também discentes capazes de fazer aquele evento, entende? Como se a gente fosse irresponsável, enfim**. E aí foi muito difícil fazer esse evento, a gente acabou fazendo três dias, inicialmente a gente ia fazer uma semana mesmo, de segunda a sexta, mas aí seria muito trabalho pra pouca gente".

Nas palavras de Felipe, essa infantilização recorre muitas vezes à uma dimensão de incapacidade, como se pessoas trans* não tivessem a mesma capacidade que outras pessoas não-trans para organizar, produzir e realizar um evento acadêmico. Esse processo leva, muitas vezes, as pessoas trans* procurarem aproximação umas com as outras e construir a partir disso grupos específicos, conforme o processo de reconhecimento e semelhanças, tanto no que concerne às identidades trans, quanto no campo das experiências que vivenciam dentro da instituição. O resultado disso, para o bem ou para o mal, vai culminar numa universidade em que, embora a integração seja balizadora em sua estrutura, esta por sua vez não se efetiva, ganhando lugar muito mais uma "interação ao invés da integração", conforme destaca Felipe em sua narrativa:

"E tem outra questão também, a gente tava em um grupo... eu estava em grupo LGBT da UNILAB no WhatsApp que assim, a gente convidou várias pessoas para ajudar e tal, mas no final das contas teve pouquíssimas pessoas. Do grupo de 60

peessoas, acho que umas 2 se colocaram para ajudar, isso fora a letra T né, porque todo mundo da letra T tava dentro. Eu acho que tinha tipo tinha umas 5 ou 6 pessoas mais ou menos. **Porque assim, você acaba se juntando aos seus pares né, tem muito disso também na UNILAB, você fala de uma integração mas é mais uma interação.** É mais uma interação, porque a integração de fato ela não acontece. Você vê que fica só as panelinhas. Então a gente também tinha a nossa panelinha. E aí eu acho que não eram nem 10 pessoas sabe, eram umas 7 ou 8 pessoas trans, entre não-binárias, homens trans, travestis".

5.3 Nome social, pronome e uso do banheiro

É recorrente no relato de pessoas trans* o quanto o pronome e nome social são centrais no processo de afirmação de suas transidentidades. Existe uma dimensão complexa que tange o campo da antropologia do nome responder, pois para além de produzir agenciamentos de cidadania, dignidade e respeito, o pronome e nome social de pessoas trans* possuem uma importância substancial nas relacionalidades e experiências no mundo social. E, muitas vezes, o pronome e o nome social são objetos de discussões e até contra-argumentos para sustentar episódios de violência transfóbica e violações de direitos. Felipe traz em seu relato experiências de violências que evidenciam esse recorte do não uso do pronome masculino por parte de uma professora da Universidade. O contexto era o mesmo já mencionado anteriormente na ocasião da I Semana da Visibilidade Trans da UNILAB, em que ao procurar ajuda da professora quanto ao equipamento de som, ele teve seu pronome desrespeitado:

"[...] a todo momento eu me apresentei no WhatsApp como **Felipe e ela me tratou no feminino a todo momento.** Tipo, ela foi comigo deixar a caixa de som no carro dela lá no campus Liberdade e **a todo momento ela me tratando no feminino, sendo que eu me apresentei pra ela como Felipe e com os pronomes masculinos**".

Outro episódio aconteceu quando depois de uma aula, Felipe e sua colega de turma aceitaram voltar para casa de carona no carro de um professor da UNILAB. No carro, além de Felipe, sua colega e o professor, havia outra professora da instituição que também aceitou a carona. Durante a viagem,

Felipe relata que o professor ao o mencionar na conversa que estavam tendo no carro, tratou-o no feminino:

"[...] e o professor me tratou no feminino. E me tratou... eu não vou lembrar exatamente como ele falou, mas ele me tratou de uma maneira machista e transfóbica ao mesmo tempo. E aí eu fiquei sabendo depois que ele é super misógino, super machista, sexista, enfim, só que na hora eu fiquei com tanta raiva que eu lembro que eu respondi alguma coisa e tal, falei que eu era Felipe, porque ele tava me tratando no feminino. Só que eu falei de uma maneira muito, com muita raiva, sabe. E aí eu lembro que a professora que tava no carro também disse: "é ele, é Felipe". E aí depois ele se fez de desentendido, mas nem pediu desculpa nem nada, sabe, mudou de assunto e ficou falando de outras coisas. Mas eu quase desisti dessa carona porque eu fiquei com muito nojo dele. Eu não lembro exatamente da frase, mas pra mim aquilo foi muito violento, muito violento mesmo".

A problemática em torno do nome social por pessoas trans em espaços educacionais não é raridade, tampouco algo novo no contexto presente. Luma Andrade (2012) traz à baila essa discussão em sua tese sobre tratando sobre a experiência de suas interlocutoras travestis com relação a dificuldade do efetivo uso e respeito do nome social por parte da escola, ou seja, por parte de professores e direção, o que por sua vez essa negação "[...] promove uma autonegação e conseqüentemente constrangimentos por se apresentar socialmente como mulher, mas ser nomeada como homem em seus documentos oficiais" (p.193).

Para Lucas, a sua experiência enquanto pessoa trans* na Universidade está interligada com a experiência anterior vivenciada na escola, cujas adversidades para conseguir permanecer no espaço da escola e concluir o ensino médio podem ser apreendidos a partir de seu relato:

"[...] e aí quando eu fui para a escola pública no segundo ano do ensino médio em 2016 logo de cara teve uma greve estadual imensa, e aí foi nesse período no meio do ano de 2016 que eu decidi que eu ia viver isso se não eu iria viver uma vida que não é minha, vivendo um personagem. Aí eu lembro que eu fiz o pedido do uso do nome social na escola primeiramente, e aí o coordenador foi super tranquilo mas ainda existiam algumas brechas, eles não aceitavam colocar na chamada, eu tinha que ir lá avisar o professor e pedir ele pra riscar e colocar o meu nome social, sempre foi assim, no meu segundo ano".

Lucas também rememora a sua trajetória escolar para comparar com a experiência na UNILAB atualmente. Um dos pontos centrais é o uso do banheiro, na qual sempre foi objeto de tensões e dificuldades de utilização durante sua trajetória escolar:

"[...] e aí existia também a questão do banheiro que era outro B.O muito grande. No segundo ano do ensino médio eu comecei a usar o banheiro masculino, **e algumas vezes eu não tinha coragem, tinha medo e ia pro feminino mesmo, mas eu geralmente ia pro masculino quando eu chamava um amigo.** E aí eu lembro que o banheiro [masculino] tinha uns boxes que separavam, e a escola simplesmente tirou as portas desses boxes e eu fiquei sem saber o que fazer. E eu não ia entrar no banheiro feminino porque no tempo eu já tinha começado a tomar hormônio. Se eu fosse no banheiro feminino as meninas no mínimo iriam estranhar e querer me tirar de lá, e aí eu comecei a usar o banheiro de deficientes, só que esse banheiro nunca tava aberto. E aí eu pensei, eu vou começar a incomodar a coordenação e vou começar a entrar lá e usar o banheiro deles ou o banheiro da sala dos professores. E eu comecei a fazer isso. Entrava na sala dos professores, entrava na coordenação e usava o banheiro deles, porque além de ser um banheiro mais limpo era um banheiro fechado. Não tinha boxes, era individual mesmo. **E antes o banheiro masculino dos alunos tinha porta mas não trancava, eu tinha muito medo. E era olhado torto, enfim.** Essa era a saída, eu comecei a incomodar eles. Logo após essa questão do banheiro, eu comecei a falar com a galera do grêmio e houve uma pressão e eles reformaram o banheiro masculino, eles colocaram novamente as portas e aí eu comecei a usar. Mas antes disso foi uma luta".

O uso do banheiro por pessoas trans* com base no gênero que se auto-afirmam é, além de um direito, uma demanda histórica de todos os movimentos sociais de pessoas trans* no Brasil e no mundo. Quando trata-se de instituições de ensino esse problema torna-se parte da rotina, o qual é preciso enfrentar todos os dias não somente o medo de sofrer alguma violência física, mas também violências subjetivas na forma de constrangimento ao ter barrado o seu direito de uso do banheiro no gênero com que se identifica.

Algumas Universidades no Brasil possuem políticas de inclusão que levam em consideração esse recorte do banheiro⁸, o que revela o reconhecido

⁸ Ver mais em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/banheiros-unissex-ganham-espaco-em-universidades-do-pais.shtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

que essa questão é um dos pontos que tangencia a inclusão e permanência de pessoas trans* nos espaços e instituições educacionais.

"Quando me chamam com o nome masculino, alguns amigos meus, às vezes eu falo, eu corrijo eles. Digo que eu gosto de ser chamada como Paloma. Aí eles pedem desculpa. **Às vezes tem gente que erra nosso nome de propósito, mas tem gente que não, que se corrige.** Mas tem gente que chama no masculino com o propósito de me incomodar."

O fato de Paloma localizar em seu relato que na maioria das vezes seus colegas "erram" o seu nome social de propósito para lhe incomodar está ancorado na dimensão que toda pessoa trans*, quando vítima de algum episódio de transfobia cotidianamente, sente as sequelas dessas violências e consegue, ainda que de forma camuflada e subjetiva, compreender quando se trata de uma ação proposital. Diferente da maioria das pessoas cisgêneras que, embuídas numa lógica cis de se enxergar e existir no mundo, não tomam consciência da dimensão violenta que seus atos podem causar.

"Eu não me sinto muito bem. Eu não gosto! Mas eu deixo levar pra evitar confusão, atrito com os colegas assim... E assim, chama às vezes no meio do povo assim, de outras pessoas sabe, **eu fico constrangida sabe, sei lá, no meio do povo.** Eu sou toda afeminada, toda menina e me chamar por esse nome... eu fico só pensando na minha cabeça."

Uma das consequências que práticas transfóbicas podem causar na rotina de pessoas trans* no ambiente universitário é o constrangimento. Convivendo com frequência com as mesmas pessoas, algumas pessoas trans quando vítimas de algum episódio de transfobia acabam se esquivando e tolerando atos que com o decorrer do tempo podem custar caro em termos subjetivos.

5.4 Inclusão, permanência e possibilidades

Para muitas pessoas trans* o ingresso numa Universidade pública possui um valor simbólico paradigmático em suas vidas. Entendendo que o espaço da educação como um direito humano foi historicamente negado às

peças trans*, além da permanente exclusão no mercado de trabalho formal, muitas pessoas trans* superestimam a possibilidade de um dia poder ingressar no ensino superior e estudar, conforme pontua Lucas:

"[...] essa questão da educação sempre foi muito... meu pai sempre bateu nessa tecla de estudar. Eu tenho só uma tia que ingressou no ensino superior, ela é doutora e hoje ensina numa universidade pública, e aí ele sempre me mandou eu me espelhar nela, essas coisas. **Porque pra gente que é pobre a questão da educação é uma forma de ascensão de alguma forma, é uma oportunidade.** É sempre passado pra gente dessa forma, você ter um ensino superior é como se fosse uma garantia que você nunca fosse ficar desempregado, o que não é verdade. **Então, quando eu me descobri trans e fui sabendo de todas as dificuldades que eu iria passar por conta disso pra mim foi muito desesperançoso. Você vendo os dados, as estatísticas, não tem nem 1% de pessoas trans que ingressam no ensino superior, se eu não me engano é 0, alguma coisa".**

Os dados que Lucas se refere diz respeito a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de 2018⁹. A pesquisa aponta a urgência da gravidade em não haver, no Brasil, dados oficiais sobre a presença de estudantes trans* no ensino superior público brasileiro. Pesquisas recentes, como a dissertação de Brume Dezembro Iazzetti (2021), demonstram a dificuldade real de coletar dados sobre esse recorte específico no Brasil. Isso demonstra, por sua vez, a precariedade e invisibilização a que pessoas trans* são destinados, causando assim uma cidadania precária (BENTO, 2014), ou seja, sujeitos sem direitos.

Ainda sobre essa dimensão da importância que a educação possui na vida de pessoas trans*, Paloma traz seu relato como funcionária da UNILAB e o papel que essa possibilidade de trabalhar na Universidade lhe trouxe:

"[...] eu era desempregada, eu vivia com meu pai e minha mãe, era dependente deles... **depois que eu entrei pra trabalhar na UNILAB eu botei na minha cabeça... agora eu tenho meu emprego, agora eu vou viver a minha vida e eu vou me assumir realmente, e assim eu fiz.** E até hoje. Eu entrei na UNILAB em 2012. **Depois que eu entrei na universidade pra trabalhar que eu fui assim me descobrir mesmo.**

⁹ Disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/>. Acesso em: 8 maio 2023.

Assim, antes de entrar pra UNILAB eu me vestia como um boyzinho mas eu não me sentia feliz. Só depois que eu entrei na UNILAB que eu fui me descobrir. Eu sou feliz agora".

A possibilidade de ingressar na Universidade e nela permanecer, como no caso das pessoas trans* interlocutoras desta pesquisa, seja enquanto estudantes ou funcionários, representa um marco em suas trajetórias, onde ao mesmo tempo a leitura de ascensão social que estar nesse espaço pode causar em suas trajetórias é possível também interpretar como uma motivação, uma possibilidade não só de sobrevivência pessoal, mas de resistência identitária. Todavia, não muito diferente da escola, o espaço acadêmico-universitário é permeado por um sistema de relações embasadas numa lógica cisgênera de existir no mundo.

A discussão em torno da permanência de pessoas trans* na Universidade gira em torno também da dimensão da representatividade. Essa questão, que para muitas pessoas talvez seja algo irrelevante, tem lugar central na narrativa dos interlocutores, pois segundo seus relatos, ainda é muito escasso e rasa as discussões na UNILAB em torno de questões trans. Para Felipe, esse quesito deveria ser melhor trabalhado nos processos de formação em sala de aula, mas também extra sala de aula:

"E na UNILAB você vê que não existe uma formação sabe, os alunos internacionais chegam naquela semana que deveria ser uma semana de formação, você vai falar mais sobre como mexer no sigaa, que é o Samba né?! Mas eu acho que era pra ter umas formações iniciais sabe, tanto sobre questões de feminismo... eu vejo que na UNILAB é muito pautado questões de raça né, questões raciais e étnicas, porém esses recortes de gênero são mais pautados nas mulheridades né, no feminismo, e esquecem das outras pautas, das pautas de pessoas trans, enfim, e até mesmo das pessoas LGB".

Quando lhe questionei sobre como é trabalhado essas questões em seu curso, Felipe relata que "na sociologia você vê que é mais macro né, você vê que esses assuntos são mais pautados de uma maneira muito macro, superficial, não vai se aprofundar sabe, cada pauta e tal. E aí claro que vai depender muito do estudioso né, do pesquisador, da pesquisadora". Para ele,

portanto, evidenciar as questões trans como um recorte importante na formação na UNILAB "vai depender muito também do docente ou da docente".

"Eu acho que essa é também uma grande deficiência sabe, dentro da UNILAB, que é você tratar de questões étnicas, tratar de questões raciais e não pautar outros recortes que podem ser cruzados ali sabe. **Eu vou falar de uma pessoa negra que é uma pessoa LGBT, sabe, isso não é falado. É falado sobre a pauta racial, só. Não existem outras pautas. Eu acho que outra pauta que é falada muito, às vezes até falada de forma separada, é sobre questão de classe, que também tem essa tendência, mas nunca inter cruzam sabe..... eu fico assim passado que é como se não existissem".**

Para Felipe, as discussões etnico-raciais têm lugar central na UNILAB, nas formações em sala de aula e também fora dela. Por outro lado, é pontuado por ele que tais questões sobre raça e etnia não são articuladas com outros recortes, o que em seu ver, acaba por produzir processos de invisibilização e silenciamento. Nesse ponto, as questões trans estão inseridas também como questões pouco ou quase nunca trabalhadas.

Isso culmina em uma das questões também centrais dentro da UNILAB, que é a interculturalidade. Talvez eu pudesse lançar mão de explicar, em tom de justificativa, que os processos de invisibilização sobre determinados assuntos e questões acontecem na UNILAB por se tratar de uma Universidade que possui um público discente diverso e intercultural, e portanto, a narrativa coerente seria produzir processos de relativismo. No entanto, a emergência de discutir sobre todas essas questões de forma localizada e contextual é central para que se possa efetivar, minimamente, o projeto de uma formação plural. Exatamente sobre isso, Felipe pontua o seguinte:

"Você vê que existem pessoas LGBT que vem de África e elas já vem assim dentro do armário, muitas vezes elas se auto-reprimem, não falam sobre isso e isso não é falado. **É como se não existissem pessoas LGBT's em África, muitas vezes elas negam que existem, entendeu? E eu acho isso uma grande problemática dentro da UNILAB.** Eu tô falando da UNILAB especificamente por ser esse espaço que é **intercultural**. Você vê que existem, por exemplo, pontualmente algumas rodas de conversa que vão falar sobre isso, só que como elas não são obrigatórias acaba que só vão quem tem interesse no assunto. Então sempre vai juntar só as mesmas pessoas".

Nesse sentido, um dos desafios evidentes é tornar efetivas formações sobre os temas trabalhados de forma escassa ou rasa até então, como ocorre com as questões trans.

"Eu acho também que **era para ter formações obrigatórias**, sabe, e que essas formações **fossem estendidas também pra docência**. Porque muitas vezes **os professores não sabem sobre o assunto e muitas vezes não querem saber**. E se fosse uma formação obrigatória, muita coisa poderia modificar. Claro que algumas pessoas ainda vão continuar naquele pensamento enrijecido e não vão estar abertos à mudança e tal, mas já seria alguma coisa".

Ainda sobre esse ponto, Felipe traz em seu relato um episódio vivenciado em sala de aula ao apresentar um seminário – juntamente com outras pessoas de sua equipe – sobre o tema gênero. Ao tocar no assunto da transgeneridade, o grupo explicou o que seria uma pessoa cisgênera, que por sua vez foi recepcionado pela professora de forma espantosa, evidenciando, através da reação, o não entendimento sobre o assunto. Não bastasse a ignorância da profissional sobre o assunto, sua expressão foi de menosprezo quanto a definição do conceito explicado:

"[...] a gente [a equipe] foi apresentar um trabalho, um seminário sobre gênero e a gente falou também sobre essa questão da transgeneridade, e aí eu fui explicar o que era uma pessoa trans e tal, **e a professora não sabia o que era uma pessoa cisgênera. Só que ela falou de uma maneira tão irônica sabe, tipo ela disse assim "ah, me explique o que é isso que eu não entendo, pra mim isso não existe". É como se as teorias acerca desse estudo sobre transgeneridade não existissem, ela falou de uma maneira tão pedante**. Como se não existisse um caminho, sei lá, de várias pessoas, vários estudiosos que estudam sobre isso a muito anos né, e que estudam ainda, enfim, **eu fiquei assim muito decepcionado**".

Para pessoas trans* universitárias, ter a oportunidade de durante sua formação ler, debater e trabalhar com autorias trans faz toda diferença quando sequer são apresentados autores e autoras trans durante sua formação. Não é diferente para meus interlocutores trans* da UNILAB, que pontuam o quanto a dimensão da representatividade, alicerçada aqui por uma referência trans no ambiente acadêmico-universitário, faz com que a trajetória de formação faça

mais sentido, carregando consigo um sentido de pertencimento ao lugar ao saber e se relacionar com outros sujeitos trans*, o que infere substancialmente sobre a permanência desses sujeitos na Universidade. Sobre esse assunto, Lucas pontua que

"[...] enfim, eu vejo a universidade pra mim sempre influenciou muito. Não é à toa que em 2018 quando eu não consegui entrar foi um baque muito grande na minha vida... tive que me preparar tudo de novo para tentar ingressar novamente. Sempre foi algo que eu quis muito, por conta de uma possibilidade de ascensão, e pra mim é uma quebra das estatísticas né, ocupar um lugar que geralmente pessoas como eu não ocupam né?! **Mas na UNILAB em especial tem algumas referências como a professora Luma que é uma grande referência e existe outras pessoas trans que eu também conheci de lá. Então pra mim já existiam pessoas que estavam preparando o terreno para os próximos, para que outras pessoas possam ocupar esse espaço.**"

Essa discussão nos leva a uma outra dimensão que também interfere na permanência de pessoas trans* na Universidade, a saber: as políticas curriculares dos cursos. Maria Clara Araújo dos Passos (2022) discute em *Pedagogias das Travestilidades* o quanto a presença de pessoas trans* no Ensino Superior nos últimos anos, ainda que de forma tímida, tem produzido mudanças à base de tensões históricas. Uma dessas tensões é o fato de que estudantes trans* tem refutado, cada vez mais, a lógica cis-dominante de formação, amparado aqui pela dimensão de CISTema (NASCIMENTO, 2021).

Ao passo que esses estudantes produzem questionamentos em sala de aula por conta da ausência de autorias trans* em discussões sobre certos temas e em campos específicos, como nas ciências humanas, nas ciências sociais e na educação, é produzido aí processos direto não só de enfrentamento a essa lógica cis-dominante que basila o cânone em diversos campos do conhecimento, como também emite processos de resistências múltiplas protagonizados por pessoas trans* no ambiente acadêmico-universitário.

Miguel acentua em sua narrativa um aspecto importante naquilo que se refere a dimensão do acolhimento e da permanência de pessoas trans* na Universidade. Em sua experiência de construção de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ele se viu, na maioria das vezes, desamparado por

sua orientadora à época. Segundo ele, a relação era distante entre os dois e isso tomou uma proporção consideravelmente preocupante quando o contexto de pandemia de covid-19 se instaurou. Sem a orientação e sem a devida proximidade com a sua orientadora, ele se deparou com dificuldades pungentes em dar continuidade à pesquisa, cogitando, por vezes, desistir do processo:

"Eu já concluí todas as disciplinas, tanto as obrigatórias como as eletivas, agora tá faltando só o TCC. Eu tive que fazer uma mudança de 360 graus no meu TCC, por conta da minha orientadora, eu não sei, **a comunicação não estava fluindo bem**. Aí eu mudei de orientador vinculado mais ao campo que eu estava trabalhando na área da saúde. **E de alguma forma essa omissão eu me senti prejudicado**, porque o orientador atual disse que eu não ia conseguir aproveitar o que eu tinha feito antes na pesquisa, que era melhor e mais coerente a gente começar do zero".

Essa questão da relação de professores-orientadores com estudantes trans* é algo um tanto difícil de discutir, pois a cada situação é possível perceber dimensões de relações diversas e, muitas vezes, bem específicas. Mas o que se percebe, em suma, é que muitos dos conflitos, dificuldades de se relacionar ou ainda de orientar – por parte dos orientadores/as – dar-se ao fato daquilo que é comum a outros contextos. O que quero dizer com isso é que docentes/orientadores possuem dificuldades de se relacionar com estudantes trans*, e, portanto, estudantes trans* costumam se ver num limbo que culmina na exclusão dentro das instituições, por não haver justamente uma formação dedicada ao tema.

Mais que isso, pessoas trans*, principalmente no âmbito das instituições de ensino, como é o caso das Universidades, e mais especificamente da UNILAB, são recorrentemente jogadas ao tratamento igualitário às demais pessoas não-trans*, de modo que suas especificidades são invisibilizadas e, portanto, não reconhecidas. Diante disso, pessoas trans* se veem assujeitadas a vivenciar processos de adversidades, o que inclui sobretudo a dor da exclusão, simplesmente pela ausência de um tratamento adequado que, no geral, pessoas cis se isentam de produzir.

5.5 Narrativas de resistências ou resistências nas narrativas?

Em *A força da não violência*, Judith Butler (2021) recorre ao ato performativo de ser-existir como força motriz capaz de abalar as estruturas sociais fortemente enraizadas, mas também como alternativa de resistência. Neste sentido, a existência dissidente, como ocorre com pessoas trans* que carregam consigo uma transidentidade, é uma existência tensionada a todo momento em uma realidade onde as normas hegemônicas de ser-estar no mundo são amparadas por uma noção dominante de regular e afirmar, a todo momento, quais corpos importam, ou ainda, quais corpos são legítimos.

Durante o trabalho de campo etnográfico eu me deparei com questões inerentes ao *métier* antropológico, não raro as contradições, mas sobretudo a magnitude das experiências expressadas pela narrativa. O narrar aqui é interpretado como ato performativo de ser e existir no mundo (BUTLER, 1990), o que corresponde a uma característica intrinsecamente política desde a existência dos corpos dissidentes enquanto narrativa.

Observar e apreender as trajetórias de pessoas trans* através de suas narrativas me fez recorrer a uma inquietação como mediadora deste trabalho: são narrativas de resistência ou resistências nas narrativas?

No entanto, talvez essa não seja meramente a questão central da pesquisa, mas, por sua vez, é a âncora para dimensionar questionamentos próprios desde as experiências concretas dos sujeitos dessa pesquisa. A tese desta investigação, portanto, intenta sobre o processo de produção de uma transidentidade, ou ainda, no plural, das transidentidades – cada qual com as suas singularidades – que se fazem ou se compreendem a partir da experiência visceral, ou seja, a partir do enfrentamento orgânico e real das adversidades que se encontram ao resistir enquanto um corpo – e uma existência – trans* no ambiente acadêmico-universitário, aqui especificamente no *locus* UNILAB.

Nesta etnografia, as categorias *violência*, *assujeitamento* e *resistência* são recorrentemente acionadas pelas pessoas interlocutoras para sinalizar e interpretar suas vivências cotidianas no contexto universitário da UNILAB. Não raro, suas falas e relatos são atravessados por uma raiva trans (STRYKER, 1994) balizada pela transfobia cotidiana que são assujeitadas a passar

enquanto condição à permanência na Universidade. Para alguns, as experiências transfóbicas seriam amenizadas ao passo que ingressassem no contexto universitário, no entanto acabam tendo suas expectativas frustradas ao perceberem que dentro da Universidade a transfobia ganha mais força quando regida por uma lógica cisnormativa de relações, cujo lugar demarcado para existências trans* no contexto acadêmico-universitário não é tão diferente daquele imposto pela sociedade de maneira geral: à margem do Estado (DAS & POOLE, 2008).

A partir das narrativas sobre as trajetórias e experiências de Paloma, Lucas, Felipe e Miguel na UNILAB, localizamos algumas categorias emergidas neste estudo. A primeira é a categoria *violência* que, em diversos sentidos, acompanha as experiências de pessoas trans* dentro do contexto universitário, sendo possível localizá-la em situações-chave: a) no desrespeito ao pronome de gênero e uso do nome social; b) na experiência constrangedora ao usar o banheiro conforme o gênero que se auto-identifica; c) na fetichização dos corpos trans*; d) na infantilização das subjetividades e existências trans*; e) no questionamento sobre a (in)capacidade de pessoas trans*; f) na patologização das existências trans*.

A segunda categoria versa sobre o *assujeitamento*, no qual podemos localizá-lo nas seguintes situações: a) não corrigir sobre o pronome de gênero e nome social determinadas pessoas por medo de sofrer sanções e consequências; b) não utilizar o banheiro durante o período em que estiver nas dependências da instituição ou utilizar o banheiro incoerente com o gênero que se auto-identifica; c) não se relacionar pessoal e afetivamente com outras pessoas por medo de sofrer violência de fetichização de seu corpo ou se relacionar pessoal e afetivamente com pessoas que produzem fetichização de seu corpo e sofrer os danos e consequências físicas, morais e psicológicas; d) não se relacionar pessoal e profissionalmente com outras pessoas por medo de ser submetida à infantilização de sua subjetividade e de sua existência praticadas por essas pessoas, ou ter que se relacionar profissionalmente com pessoas que infantilizam a sua subjetividade e a sua existência; e) se ver obrigado/a a se relacionar com pessoas que questionam a sua capacidade enquanto pessoa e profissional; f) conviver com pessoas que contribuem

indireta e diretamente através de suas práticas, falas e ações com a patologização das existências trans*.

Por fim, a terceira categoria se refere à *resistência*, onde me foi imposto o desafio em decodificá-la e compreendê-la em sentido figurado e substancial. Isso se deve ao fato de que as experiências de resistências de pessoas trans* são contínuas, por vezes subjetivas e as acompanham ao longo de toda sua trajetória enquanto sujeito no mundo, em diversas esferas e segmentos. Todavia, no que concerne ao contexto acadêmico-universitário sinalizado pelas pessoas interlocutoras, a resistência opera a partir do seguinte eixo: existência = legitimação = enfrentamento; o que pode também ser lido inversamente: enfrentamento = legitimação = existência.

Em linhas gerais, essa simbologia da engrenagem de como operam as resistências trans* no contexto acadêmico-universitário da UNILAB é traduzido através do entendimento existencial de tais pessoas no mundo, o que gera a produção da legitimação de suas existências e, por conseguinte, o enfrentamento. Ao passo que lido/interpretado inversamente passa primeiro pelo enfrentamento às adversidades (violência, estigma, transfobia, assujeitamento), o que produz a legitimação de suas existências, seguido do reconhecimento social enquanto humano.

É importante destacar que a engrenagem simbólica produzida aqui para sintetizar o entendimento das resistências transidentitárias no contexto acadêmico-universitário da UNILAB, possui uma peculiaridade na sua leitura, uma vez que a leitura e interpretação que pessoas trans* fazem sobre tal já é levado em consideração a sua existência enquanto humana, ao passo que para algumas pessoas não-trans* essa leitura não será óbvia, ou talvez coerente. De modo que o efeito produzido por tal resistência infere sob o ponto de vista de quem está interpretando. Dito de outra forma: eu existo, mas não tenho minha existência legitimada, então é a partir do enfrentamento que produzirei resistência que produzirá legitimação social acerca da minha condição no mundo. Do mesmo modo que: a resistência é consequência do enfrentamento que condicionará a legitimação da minha condição no mundo, e, portanto, de reconhecimento humano da minha existência.

existência —> legitimação —> enfrentamento
enfrentamento —> legitimação —> existência

5.6 Permanência precária *versus* permanência qualificada

As ações afirmativas no Brasil é um tema caro para as minorias sociais, especialmente para o movimento negro e o movimento estudantil que durante décadas reivindicaram a implementação dessa política nas instituições de ensino públicas brasileiras. Sem dúvidas, hoje temos nas Universidades públicas brasileiras um cenário mais diverso e plural em termos identitários. Todavia, também vemos que problemas sociais emergiram dentro das Universidades em decorrência desse cenário ocasionado pela política de ações afirmativas nas últimas décadas. Ainda assim, apesar dos embates e tensões, pode-se perceber o crescente acesso de pessoas historicamente segregadas da educação e do direito de poder usufruir de uma formação superior pública e gratuita. Em pleno debate no atual momento, a política de ações afirmativas no Brasil passa por ataques e reformulações, que, por um lado objetivam seu aperfeiçoamento, e por outro lado o seu encerramento.

Em se tratando do público trans*, que ainda não é inserido como um dos públicos-alvo integralmente na política de ações afirmativas, ainda é tímida a presença de ações e cotas efetivas que tornem possível o acesso menos burocrático de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro. A antropóloga Brume Dezembro Iazzetti (2021), em sua pesquisa de mestrado, discute sobre essas questões à luz de uma narrativa trans-localizada sobre a possibilidade existencial de uma Universidade em pajubá¹⁰, problematizando e projetando ações concretas com vistas à inclusão e permanência qualificada de pessoas trans* no ensino superior.

Em torno dessas questões, volta-se a uma problemática emergente que envolve a permanência desses sujeitos na Universidade e na trajetória de formação acadêmica, uma vez que a política de ações afirmativas se mostra

¹⁰ O pajubá é uma linguagem de comunicação entre travestis e demais pessoas trans* oriunda da língua iorubá pertencente à população afro-brasileira.

como insuficiente para contemplar também questões que envolvem a permanência dessas mesmas pessoas que ingressam na Universidade através das ações afirmativas.

Em 2019, a UNILAB publicou um edital de seleção específica que objetivava a admissão de pessoas travestis e transexuais em seus cursos de graduação¹¹. Seria então um grande salto qualitativo e social, em pleno contexto ultraconservador e de avanço da extrema direita no Brasil, somando a lista das 12 universidades públicas brasileiras com políticas de cotas de ingresso para pessoas trans*¹², no entanto, horas depois do edital ter sido publicado, o então presidente Jair Bolsonaro, através de uma publicação em seu perfil oficial em uma rede social da internet, anunciou a anulação do certame propositalmente em tom de violência transfóbica¹³.

Diante de tais atravessamentos, a questão que impera é como pessoas trans* produzem suas próprias estratégias de permanência na Universidade, ao passo que são impelidas à abjeção e ao não-lugar de cidadania plena. Nesta etnografia, as questões concernentes à permanência universitária emergem de forma constante nas narrativas das pessoas interlocutoras, ao passo que é perceptível que suas formas de resistência às adversidades vivenciadas no contexto acadêmico-universitário são traduzidas enquanto estratégias de permanência em tal ambiente. Todavia, falar sobre permanência incide pensar sobre o que institucionalmente está sendo feito, no sentido de ações e práticas políticas, a fim de contribuir para a permanência de pessoas trans* na UNILAB.

Um exemplo disso é o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara (CIEG DANDARA) que tem trabalhado desde 2019 propondo ações institucionais que contribuem para o acesso e a permanência de estudantes trans* na UNILAB. Todavia, ainda que existam espaços com potencialidade para reivindicar institucionalmente as demandas de pessoas trans* na Universidade, existe estruturalmente uma cidadania precária (BENTO, 2014) que não somente potencializa as violências subjetivas e transfóbicas, bem

¹¹ Ver mais em <https://unilab.edu.br/trans-intersexos/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

¹² Ver mais em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pa-is-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2022.

¹³ Ver mais em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/pelo-twitter-bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-pessoas-trans/>. Acesso em 18 abr. 2022.

como contribui para um processo lento de legitimação das identidades trans*. A política de nome social, por exemplo, ainda que nitidamente seja entendida enquanto uma política de direito de qualquer pessoa trans*, ainda assim não é perceptível seu efetivo funcionamento institucional, o que inclui não somente o respeito por parte de docentes e técnicos, assim como a sua inutilização em plataformas institucionais, como no sistema de cadastro geral de estudantes da Universidade.

A impressão que se dá a partir do conceito cunhado por Berenice Bento (2014) sobre essa cidadania precária e das experiências de violência moral e subjetiva vivenciadas pelas pessoas interlocutoras, é que a todo e qualquer custo o contexto nunca estará integralmente favorável – e confortável – para pessoas trans*; ainda que esse contexto seja um espaço de formação acadêmica e universitária, as pessoas trans* sempre haverão de pagar o preço sofrendo consequências graves, diretas e que as colocam cada vez mais em um não-lugar, o lugar de não-humano, o lugar de abjeto.

6. RELATO ETNOGRÁFICO

6.1 Notas sobre a(s) dor(es)

"Hoje ouvi frases extremamente transfóbicas proferidas por um docente durante uma aula. Palavras que até agora estou sentindo. Como facas atravessaram meu corpo com todo peso da maior parte da cisgeneridade opressora que não se esforça nem mesmo o mínimo para se tornar uma aliada em luta. Hoje, como há muito não acontecia, sucumbi. Exatamente no lugar que me salvou, a universidade. E uma universidade que se vende como integradora das diferenças e dos grupos mais vulneráveis. Em um curso que deveria pensar a sociedade e seus/suas indivíduos enquanto seres em constante mudanças, dinâmicos. Um dia ouvi também numa aula que a sociologia acontece de forma lenta, e chego a acreditar quando vejo docentes e discentes parados em teorias do século XIX, demarcando a temporalidade de duas mentes. Bem como demarcando um espaço miúdo epistemológico que agregam apenas teorias que foram impostos a nós de forma violenta como se

fossem a totalidade das verdades e ai de nós se não as engolirmos. Precisei sair de sala pra acompanhar essa violência discursiva, baseada na essência de uma biologia que patologiza corpos que não se adequam, que estão fora a norma imposta. Decidi me posicionar diante disso não apenas aqui, sabendo eu que pode não dar em nada. Mas ficará meu registro. Um amigo me disse que a gente deve usar a raiva ao nosso favor. Transformá-la em movimento. É o que estou fazendo, pois acredito que até a compaixão possui suas limitações, na medida em que você está em um local de opressão e já passou por inúmeras vezes. E hoje temos lei para isso. O fazer sociológico precisa começar a sair de asas puritanas e higienizadas dessa miudez intelectual que não consegue compreender todas as diversidades e corpos existentes no mundo REAL."

O relato era de Felipe, em seu perfil na rede social *instagram*, na qual eu o acompanho desde que nos conhecemos. Era dia 02 de agosto de 2022, e o desabafo trazia a dor de ter vivenciado (mais) uma violência transfóbica em sala durante uma aula. Ao me deparar com a sua publicação, eu imediatamente lhe escrevi por mensagem no *whatsapp* e perguntei-lhe se eu poderia lhe ajudar de alguma forma, sem mesmo saber do que havia acontecido em seus mínimos detalhes. Felipe respondeu sinalizando que poderíamos marcar de conversar em momento oportuno. Agendamos conforme sua disponibilidade para dois dias depois. No dia da conversa, sem interrogá-lo diretamente eu perguntei como ele estava se sentindo, ele me respondeu: "não sei, estou até agora sem saber o que tou sentindo".

Aos poucos fomos conversando e ele narrou o ocorrido. Em meio a sua narrativa carregada de dor e exclusão, eu percebi o quanto a transfobia é perversa. Muito mais que as pessoas que a praticam, a violência é, na verdade, mais letal porque deixa em nós a uma dor imputada a qualquer custo, cabendo-nos a lidar com as sequelas que nos causam a longo prazo. Saí daquela conversa com Felipe arrasada também, não somente por ouvi-lo e perceber a gravidade da situação através do seu relato, mas por situações como essas virem de quem a gente menos espera, de quem, por vezes, é nossa referência de futuro. Perguntei a Felipe se eu podia lhe ajudar diretamente na situação, com vistas a diminuir ou, minimamente, tentar reparar o ocorrido. Ele disse que sim, mas que não sabia exatamente como ou o que

fazer. Deixei ele confortável para me dizer em outro momento, se assim fosse melhor pra ele, mas sugeri que a partir de sua autorização eu estava disposta a levar o caso para as instâncias institucionais e procurar ajuda via coordenação do Programa de Pós-graduação na qual sou vinculada. Ele sinalizou que autorizava eu fazer isso, então no outro dia procurei a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na qual sou vinculada até o presente como mestranda, desenvolvendo a referida pesquisa.

O coordenador, à altura, me ouviu relatar todo o ocorrido e orientou como eu poderia ajudar Felipe, orientando-o em como recorrer institucionalmente para a tratativa do caso. Felipe já havia me sinalizado durante a nossa conversa que tinha relatado o ocorrido para a coordenação de seu curso, e que então foi orientado a procurar ajuda na coordenação do curso em que o docente em questão – autor da violência – é vinculado. Então, resolvemos escrever juntos um e-mail endereçado à coordenação do curso em questão, relatando o ocorrido e solicitando que providências fossem tomadas. A coordenação nos atendeu com prontidão e sugeriu uma reunião com a gente. Assim foi realizada a reunião em formato remoto por videoconferência. Na condição de apoio, eu passei a maior parte do tempo calada observando, mas prontamente ativa participando do momento, expressando a minha indignação através dos gestos, da minha postura e do meu olhar diante do ocorrido com Felipe.

Concluída a reunião, a coordenadora do curso se comprometeu em levar o caso para o colegiado, de modo que o curso decidisse quais providências tomariam em termos institucionais, mas antes ela mesma afirmou que iria conversar com o docente em questão para ouvi-lo sobre o caso, pois para ela, era importante ouvi-lo para ter ciência das duas versões. Ficamos aguardando, e uma semana depois voltamos a escrever para a coordenação do curso buscando respostas e sugerindo uma nova reunião para melhor dialogar. Na ocasião, também por videoconferência, como na primeira reunião, percebemos uma postura defensiva por parte da coordenadora, diferente da primeira reunião em que ela se mostrou aberta e disposta a tratar o ocorrido sem causar maiores danos ao Felipe. Sua resposta após a conversa que teve com o docente em questão foi de que ele havia manifestado que não tinha consciência do que disse em sala de aula, e do quanto isso afetaria a

dignidade de Felipe. Pontuando que o mesmo estava disposto a conversar com Felipe na tentativa de reparar o ocorrido. Felipe imediatamente discordou da proposta e eu me expressei concordando com Felipe, em sinal de que não era coerente, tampouco assertivo fazer aquilo naquele momento, de modo que poderia causar mais danos psicológicos ao Felipe. Naquele momento, entendemos que por parte da coordenadora não havia mais disponibilidade em levar o caso para outras instâncias institucionais com vistas a algum tipo de reparação, ainda que fosse quase impossível reparar uma violência já praticada. De todo modo, agradecemos a ela e nos despedimos da reunião com um sentimento de impunidade nos atravessando. Depois de uma semana escrevi para Felipe e perguntei-lhe qual atitude gostaria de tomar a partir dali e se queria tomar. Ele disse que queria levar o caso para a Ouvidoria da Universidade, de modo a ser tratado oficialmente nos trâmites do regimento institucional, todavia, ele sinalizou que não se sentia confortável em fazê-lo naquele momento, e pediu um tempo para digerir tudo e depois decidir. Fiquei aguardando então o seu posicionamento sobre a situação, mas passadas semanas percebi que não era mais o caso de procurá-lo para indagar sobre a questão. Havia me colocado à disposição dele caso precisasse de apoio para seguir com a denúncia na Ouvidoria.

Dissecar a dor da violência pode ser, muitas vezes, uma violência maior quando já estamos atravessadas pelas consequências causadas por ela e ainda tentamos respostas para saber lidar. De fato, a realidade é que nunca saberemos lidar ao certo com a dor da violência, quando na maioria das vezes não estamos esperando. Relatar tudo isso e encarar o peso de produzir um distanciamento para tornar possível a realização e análise deste estudo, me fez experienciar a vivência de muitas dores, no plural. Uma dor que não era só de Felipe, e das outras pessoas interlocutoras, mas também das minhas dores juntas. Em muitas das vezes que registrei em diário de campo o processo etnográfico deste trabalho, estive encarando adversidades e violências por conta da transfobia. Residindo no sul do Brasil, longe de minhas raízes e sem poder contar com uma rede de apoio efetiva, enfrentei processos de exclusão e violências dentro de casa, por exemplo, morando com outras pessoas estudantes. No momento em que escrevo este relato me dou conta que em apenas seis meses me vi obrigada a mudar quatro vezes de moradia por conta

de situações de violência transfóbica. A dor de não ter o privilégio de não sentir medo, de não saber ao certo o que pode acontecer comigo dividindo o mesmo teto que pessoas transfóbicas me obriga a carregar um fardo que não é responsabilidade minha, sem falar nas sequelas que somos obrigadas a ter que lidar para o resto de nossas vidas ao encarar de frente os processos violentos que outras pessoas nos causam. Ao mesmo tempo, a dor de me ver num limbo entre querer dar conta dos prazos e concluir – conforme planejado – os processos desta pesquisa e não conseguir por simplesmente me ver obrigada a ter que do dia para a noite mudar de moradia por sofrer transfobia, é algo que me dilacera. Ao mesmo tempo, percebo o quanto nós – pessoas trans* – não temos alternativas a não ser resistir. Mas resistir também dói. E dói muito.

6.2 Sobre a raiva trans

*Ao fazer nascer minha fúria, minha fúria me fez renascer.*¹⁴

Raiva trans. Uma raiva, mas não uma qualquer. Um sentimento, uma angústia. Aquilo que nos move. Uma raiva que somos obrigadas a suportar ao confrontar a norma com a nossa existência. Um problema dos outros jogado aos nossos braços. Talvez seria reducionista dizer que a raiva trans é simplesmente a nossa resposta à violência, mas não, trata-se de algo muito maior. Parafraseando Susan Stryker (1994), é aquilo que nos move em produzir agência no mundo à nossa volta. É também um afeto, pois nos atravessa em corpo e matéria, e assim segue como insumo motivador de nossos processos de afirmação existencial. É uma não-violência, mas também um apelo. É simplesmente a nossa dor e revolta, a nossa força e potência, é parte daquilo que nos compõe enquanto Ser. A raiva de não ser respeitada, de não ser acolhida, de não ser entendida e tratada como humana, de não possuir privilégios. A raiva de ter medo de sair de casa, de ter que lidar com as angústias, com os traumas e com as sequelas. A raiva de não ter

¹⁴ STRYKER, S. "My Words to Victor Frankenstein Above the Village of Chamounix: Performing Transgender Rage". **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Durham, v. 1, n. 3, p. 237-254, 1994.

oportunidades, de não ser amada, de não ocupar lugares significativos. A raiva de ser rejeitada pela própria família. A raiva de ser objetificada e hipersexualizada. A raiva de ter uma expectativa de vida tão baixa. A raiva de não ser compreendida. Uma raiva trans, essa mesma que produz resistência, que nos move a enfrentar, a afrontar a cisnorma, a ignorância, a raiva cis aos nossos corpos e existências. Uma raiva que nos consome, que nos forja, que nos matura. Uma raiva que marca em nossos corpos a(s) dor(es) da existência.

A dor da violência em ouvir, ler e lidar com a violência de meus/minhas interlocutores/as tem se revelado como o maior desafio até aqui enfrentado na condução da etnografia. Ao mesmo tempo que, ao tentar me esforçar para me distanciar e refletir sobre as suas narrativas de forma deslocada das minhas vivências é, sem dúvidas, o que tenho encarado com angústia. Não se trata de uma tarefa simples. É uma dor que se configura em raiva, raiva pelo mundo ser como é, pelas instituições serem como são, pela forma como as pessoas nos tratam, enfim, pelas coisas serem como são pra gente, assim, tão difíceis, tão dolorosas. No meio disso, é aqui onde localizo como nossos caminhos se cruzam, ou simplesmente, como as nossas existências possuem singularidades e similaridades únicas. Me dou conta de uma potência, uma potência ainda não inteligível, mas que está aí compondo as nossas vivências por mais dolorosas e monstruosas que sejam.

Seria ambição demais minha, uma jovem travesti pesquisadora, ansiar uma realidade menos letal e mais prazerosa para as pessoas trans*. Uma realidade que quisera eu também alcançar. Uma realidade possível, onde nossas existências não sejam relativizadas, menosprezadas, aniquiladas simplesmente pela forma que somos. Uma realidade em que possamos deitar a cabeça tranquila no travesseiro e não encarar a assombração que nos persegue em forma de medo, de dor, de revolta. Uma realidade em que possamos, simplesmente, sonhar e ter a possibilidade de realizar nossos desejos em vida. Uma realidade em que sejamos, verdadeiramente, amadas ao invés de rejeitadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer à baila as narrativas de pessoas trans* que integram o contexto acadêmico-universitário da UNILAB, especialmente as vivências de Paloma, Miguel, Felipe e Lucas, nos faz compreender que as narrativas de resistência são e estão vinculadas a uma série de outros elementos perpetrados na vivência cotidiana de cada sujeito. É possível, ainda, articular essas vivências – que ganham forma através das narrativas – com as interseccionalidades (COLLINS; BILGE, 2016) que as conferem. Interseccionalidades que, no caso de pessoas trans* fazem parte das suas experiências enquanto corpo dissidente numa sociedade regida pela cisnormatividade, ou ainda pela dimensão experiencial das violências; na verdade os marcadores sociais da diferença compõem, sobretudo, a existência de pessoas trans* no mundo. Marcadores esses que estão expressos da forma mais escancarada possível, como a cor da pele, o modo de vida, a forma de se vestir, de se expressar, enfim, no modo como as pessoas trans* são e se expressam existencialmente no mundo a sua volta.

Na realidade de meus interlocutores/as isso não seria diferente. Ao analisarmos as suas narrativas podemos perceber o quanto os seus relatos se entrecruzam, mesclando uma experiência compartilhada com a de outras pessoas trans* que integram a UNILAB, mas também se distanciam na medida em que alguns marcadores sociais da diferença se evidenciam.

Miguel é um homem trans funcionário público, no momento de realização desta pesquisa encontrava-se em fase de conclusão de sua segunda graduação, ao passo que Paloma é uma travesti trabalhadora terceirizada, que não teve acesso e possibilidade de cursar uma graduação. Ambos possuem idade próxima, ou seja, fazem parte da mesma geração e com histórias de vida semelhantes, oriundos do interior do Ceará, filhos de pais agricultores. No entanto, a trajetória experiencial de Paloma é marcada por uma vulnerabilidade mais crítica – sobretudo em termos de classe – frente à trajetória experiencial de Miguel, e também dos demais interlocutores. Embora, entendendo que analisar desde a ótica das interseccionalidades não significa hierarquizar vulnerabilidades, no entanto, nesta pesquisa, essas dimensões evidenciaram por si durante o processo de análise das narrativas, o que me faz acreditar que o modo na qual resistem socialmente também é marcado por dimensões específicas baseadas em suas próprias trajetórias.

Do mesmo modo que ao analisarmos as narrativas de Lucas e Felipe percebemos o quanto suas vivências dialogam entre si, no modo como, desde muito cedo, experienciam a afirmação-transição de gênero por exemplo, todavia, quando adentramos ao contexto das vivências no campo da educação, sobretudo na escola e na Universidade, seus relatos tomam caminhos diferentes a medida em que vivenciam experiências de acolhimento ou de exclusão.

Não menos importante, vale pontuar como as diferenças – e, portanto, as experiências interseccionais – dos sujeitos dessa pesquisa evidenciam na medida em que compreendemos que as suas narrativas de resistências são diversas; que dialogam entre si, mas estão balizadas por um modo próprio pelo qual se deparam e lidam com as experiências de adversidades. Diante disso, penso que lidar com a realidade de pessoas trans* no âmbito acadêmico-universitário da UNILAB é também lidar com uma realidade diversa não somente no plano das narrativas, mas também de cores, credos, perspectivas e modos de vida. Na diversidade que é possível visualizar na forma como são e se expressam socialmente dentro e fora da Universidade.

Portanto, pensar e analisar suas trajetórias e narrativas de resistências, bem como as estratégias de sobrevivência numa Universidade marcadamente forjada numa lógica cisnormativa, é projetar a diversidade também no âmbito das resoluções, enfrentamentos e resistências. É neste sentido que essa investigação se revela como relevante contribuição para a proposição e produção de ações práticas e efetivas que visem uma experiência de permanência qualificada, além do acesso, às pessoas trans* na educação. É preciso lidar com a diferença pela diferença, entendendo suas singularidades, suas especificidades, mas também as suas características que – no caso das pessoas trans* – o fazem uma população historicamente vítima de violências letais, de violações institucionais, e da falta de acesso aos direitos básicos como a saúde, a educação e o trabalho formal.

Se por um lado, para Sofia Favero (2022) a violência produz sujeitos e, por outro lado, para Susan Stryker (1994) a monstrosidade é o lugar social dado às pessoas trans*, me faço crer que a abjeção é uma construção da cisgeneridade enquanto regime que estrutura e regula as relações sociais em nossa sociedade, introjetando aos corpos e existências trans* uma dissidência

não desejada, culminando no processo no qual Judith Butler (1990) nomeia como corpos que não importam.

Articulando essa interpretação com as narrativas de resistências das pessoas trans* interlocutoras deste trabalho, chego a uma possível conclusão que as normas e regimes postos em uma sociedade cisgênera reverbera em instituições diversas, como é o caso da Universidade. Mais especificamente, na UNILAB, o lugar de abjeção dado aos sujeitos que dela fazem parte é, além de um dado, uma realidade introjetada na condição e modos de vida desses sujeitos. Importa dizer que no âmbito de uma Universidade plural, como é o caso da UNILAB, quais corpos e existências permanecem num lugar de abjeção e quais corpos não? Porque, em sua ampla diversidade, existe mais uma interação do que uma integração? E de que modo pode-se projetar uma Universidade inclusiva para pessoas trans*?

Talvez, refletir sobre essas questões possa ser interpretado como um ato de autossabotagem. Isso seria menos importante diante da complexidade que permeia a realidade das pessoas trans* presentes no contexto da UNILAB. Suas resistências identitárias estariam limitadas a medida em que a Universidade avançasse com as políticas de permanência qualificada específica para as pessoas trans*? Suas transidentidades, portanto, estariam correndo o risco de não mais possuir a potencialidade que lhes cabem, à medida em que produzem micropolíticas de resistência? Sem a pretensão de esgotar essas reflexões, eu ousaria responder que não, pois as existências e narrativas de pessoas trans* escapam a essa lógica redutora e dicotômica. Importa dizer que as transidentidades se refazem à medida em que estão assujeitadas a existir em um mundo cisgênero, de modo que a resistência nunca será uma condição limitadora, ela está e sempre estará presente, ou ainda, ela sempre irá compor a existência de pessoas trans* independente do contexto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 29 mai. 2023.

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAGAGLI, B.; VIEIRA, H. “Transfeminismo”. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 343-378, 2018.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade (Coleção Primeiros Passos)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.** [online], [s. l.], v. 19, n. 2, p.549-559, 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jun. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BUTLER, J. **A força da não violência**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, J. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: UNESP, 2022.

BUTLER, J. **Gender Trouble**. Nova York: Routledge, 1990.

CARVALHO, R. **Manifesto Transpofágico**. São Paulo: Editora Casa 1, 2022.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo: ou como ter Anthropological Blues. In: **Simpósio sobre Trabalho de Campo em Etnologia**, 2., 1972. Brasília, DF. Anais. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Boletim, 1973. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bmna/article/view/49240/26886>. Acesso em: 29 mai. 2023.

DAS, V; POOLE, D. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, jul. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X20080010100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2023.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 1-22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 29 mai. 2023.

FAVERO, S. **Crianças Trans**: infâncias possíveis. Devires: Coleção Saberes Trans, 2020.

FAVERO, S. **Psicologia suja**. Devires: Coleção Saberes Trans, 2022.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de Paula Siqueira. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 29 mai. 2023.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

HABIB, I. G. **Corpos transformacionais**: a transformação corporal na artes da cena. [S. l.]: Hucitec Editora Ltda, 2021.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe 'universidade' em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. 311f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641814>. Acesso em: 29 mai. 2023.

INGOLD, T. **Antropologia para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019. 80 p.

JESUS, J. G. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s. l.], v. 1, p. 5-24, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87>. Acesso em: 29 mai. 2023.

KAAS, H. Birth of Transfeminism in Brazil: Between Alliances and Backlashes. In: **TSQ** (2016) 3 (1-2): 146–149. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/23289252-3334307>. Acesso em: 29 mai 2023.

KULICK, D. **Travesti**: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LEAL, D. **Performatividade transgênera**: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. [S. l.]: Hucitec Editora Ltda 2021.

LEMOS, K. S. **Processos externalizadores**: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará. 2020. 209f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia) – Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia UFC/UNILAB (PPGA), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/58416>. Acesso em: 29 mai. 2023.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 29 mai. 2023.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do pacífico Ocidental**: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (1922).

MALUF, S. W. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. Ilha **Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 12, n. 1,2, p. 41-58, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2010v12n1-2p41>. Acesso em: 29 maio. 2023.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, [s. l.], jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>. Acesso em: 29 maio 2023.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

NOVO, A. L. C. **Famílias em transição**: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans. 2021. 415 f. Tese (Doutorado Acadêmico em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do

Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47036>. Acesso em: 29 mai. 2023.

ODARA, T. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, J. P. Pluralizando tradições etnográficas: Sobre um certo mal-estar em Antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009. Disponível em:
<https://www.passeidireto.com/arquivo/19812519/pluralizando-tradicoes-etnograficas>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos** (Impresso), [s. l.], v. 15, p. 167-180, 2018. Disponível em:
<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. **Resistência**: conversa com Megg Rayara. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6yrtP2MeawE>. Acesso em: 29 maio 2023.

OLIVEIRA, N. M. **Damas de paus**: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1996.111579. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEIRANO, M. A antropologia como ciência social no Brasil, **Etnográfica**, vol. 4 (2). 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/2760>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEIRANO, M. Os antropólogos e suas linhagens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 16(6), p. 43-50, 1991. Disponível em:
<http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie102empdf.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

REIDEL, M. **A pedagogia do Salto Alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/98604>. Acesso em: 29 mai. 2023.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SANJEK, R. (org.). Mutuality. **Anthropology's changing terms of engagement**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015, 374 p.

SANTANA, B. S. **Trajetória de um Homem Trans no Curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Pública**: uma narrativa subversiva. 2023. 63f. Monografia. Licenciatura em Educação Física – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2017. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_0843a2feb07b4fd8b2f448cf1e32d5aa.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

SANTOS, D. L. L. **Sobrevivi para contar**: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJA). 2019. 151f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43662>. Acesso em: 29 mai. 2023.

SEGATO, R. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2013. 345 p. Tradução de Danu Gontijo e Danielli Jatobá.

SILVA, H. **Travesti, a Invenção do Feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER, 1993.

SILVA, K. **Dos saberes e outros trânsitos**: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social. 2019. 118f. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214294>. Acesso em: 29 mai. 2023.

SILVA, M. R. G. C. **Zonas de te(n)são entre desejo e nojo**: Cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual. 2023. 176f. Tese (Doutorado Acadêmico em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, RJ, 2023. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/28695>. Acesso em: 29 mai. 2023.

STRYKER, S. (De)Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies. In: STRYKER, S.; WHITTLE S. **The Transgender Studies Reader**. [S. l.]: Routledge, 2006.

STRYKER, S. My Words to Victor Frankenstein Above the Village of Chamounix: Performing Transgender Rage. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Durham, v. 1, n. 3, p. 237-254, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/10642684-1-3-237>. Acesso em: 29 mai. 2023.

STRYKER, S. The Transgender Issue: An Introduction. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies** 4:2, [s. l.], p. 145-158, 1998. Disponível em: Acesso em: <https://doi.org/10.1215/10642684-4-2-145>. 29 mai. 2023.

VERGUEIRO, V. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes**: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade. 2015. 224f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 29 mai. 2023.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. e75614, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>. Acesso em: 29 mai. 2023.

ANEXOS

1. Relação das pessoas interlocutoras

Nome fictício	Idade	Autoidentificação de gênero	Ocupação	Vínculo com a UNILAB
Miguel	entre 35 e 45 anos	Homem trans	Estudante e funcionário público	Estudante de graduação
Paloma	entre 35 e 45 anos	Travesti	Funcionária terceirizada	Funcionária de serviços gerais
Felipe	entre 25 e 35 anos	Transmasculino	Estudante	Estudante de graduação
Lucas	entre 18 e 25 anos	Homem trans	Estudante	Estudante de graduação

2. Roteiro de perguntas para entrevista

1. Qual a sua idade?
2. Como você se autoidentifica/autodenomina em termos de gênero?
3. Qual a sua orientação sexual atualmente?
4. Como você se autoidentifica em termos de cor/raça?
5. Qual a sua naturalidade?
6. Onde você reside atualmente?
7. Qual a sua profissão atualmente? (se estudante qual curso e período)
8. Você poderia me contar um pouco como foi seu processo de reconhecimento enquanto uma pessoa trans?
9. Você poderia comentar um pouco sobre algumas de suas vivências (boas ou ruins) na escola relacionadas ao seu gênero?
10. Como foi o processo de migração do ensino médio para a universidade?
11. Você poderia comentar um pouco sobre suas primeiras vivências enquanto pessoa trans no contexto universitário da Unilab?
12. Você passou por algum episódio de transfobia na Unilab? Poderia relatar sobre?
13. Você buscou ajuda institucional? Se sim, qual e como foi o processo?
14. Você faz ou já fez uso de algum serviço de assistência estudantil da Unilab? Se sim, como você avalia tal serviço?
15. Sobre o uso do banheiro, você já passou por alguma violência ou violação?
16. Sobre o uso do nome social, você já passou por alguma violência ou violação?
17. O que você acha que, em termos institucionais, precisa ser incluído e/ou mudado para atender as necessidades de acesso e permanência de pessoas trans na Unilab?
18. Sobre ações afirmativas para pessoas trans no ensino superior público brasileiro, o que você tem a dizer sobre essa política?
19. E na Unilab, em específico, como você avalia a implementação das ações afirmativas para pessoas trans?
20. Como você deseja estar daqui há 20 anos em termos pessoais e profissionais?